

# Para um perfil da potamonímia do Centro e Sul de Portugal

## Towards a profile of Central and Southern Portugal potamonymy

Carlos ROCHA\*

**RESUMO:** Em relação ao conjunto onomástico formado pelos nomes dos rios (potamónimos) de Portugal, destacam-se normalmente os do noroeste pelo arcaísmo. Contudo, os potamónimos localizados a sul da bacia do Mondego e do Sistema Central não são menos interessantes, pois revelam grande heterogeneidade etimológica, abrangendo desde um pequeno grupo enquadrável nos substratos pré-latinos a um repertório alterado pela arabização ocorrida na região entre os séculos VIII e XIII. Sobressai ainda um largo número de nomes de criação mais recente, criados pela implantação a sul dos dialetos galego-portugueses, assim configurando um processo de colonização linguística decorrente da conquista cristã medieval. O presente trabalho, baseado noutro anterior (ROCHA 2017), propõe definir um perfil da potamonímia centro-meridional portuguesa por meio da classificação etimológica de cada item e do seu enquadramento tanto na estratigrafia como na história de transmissão da toponímia que hoje se regista no território em apreço.

**ABSTRACT:** Within the set of river names of Portugal, those of the northwest are usually highlighted by their archaism. However, rivers located to the south of the Mondego basin and the Central System are no less interesting, as they reveal great etymological heterogeneity, ranging from a few that fit into the pre-Latin substrates to a number of names that underwent Arabisation between the 8<sup>th</sup> and 13<sup>th</sup> centuries. Many items also stand out, which are more recent and result from the expansion of the Galician-Portuguese dialects to the south, in the context of the the medieval Christian conquest and colonisation. This paper, which draws on previous research (ROCHA 2017), sets out an outline of the central and southern Portuguese potamonymy by classifying each item etymologically and ascribing them to the stratigraphy and the history of transmission of the current toponymy in the territory in point.

---

\* Doutorado, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5861-6703>. [crocha46@gmail.com](mailto:crocha46@gmail.com)

---

<b>PALAVRAS-CHAVE:</b>	Potamónimo.	<b>KEYWORDS:</b>	Potamonym. Etymology.
Etimologia.	Estratos.	Arabização.	Strata. Arabisation. Colonisation.
Colonização.			

---

## 1 Introdução

Os nomes de rios em Portugal, tal como outras categorias toponímicas referenciais, repartem-se em dois grandes grupos quanto à sua história e à sua distribuição geográfica. Enquanto os nomes da metade norte guardam frequentes elementos pré-latinos e numerosos morfemas e lexemas de origem latina, os da metade sul evidenciam traços fonológicos ou morfológicos do árabe, quando não origem lexical totalmente arábica. Esta constatação reforça, a respeito da etimologia da toponímia portuguesa, uma ideia relativamente enraizada por via da visão mais difundida da Idade Média portuguesa, em que o Norte cristão e românico se opõe ao Sul muçulmano e arábico, quando se observam as legendas toponímicas de um mapa do país, ou calha percorrer fisicamente o seu território continental. A consciência do contraste parece decorrer sobretudo da escassez – mas não ausência, como revela Serra (1967) – da toponímia de configuração arábica nas terras setentrionais e a sua crescente frequência da região de Coimbra em direção à de Lisboa, ao Alentejo e ao Algarve.

A investigação toponomástica confirma este contraste, mas pode dar o seu contributo para uma maior definição, com relevo para aspetos menos divulgados da histórica linguística das terras portuguesas meridionais. Estudos como os de Lautensach (1960), Lopes (1968) e Terés (1986) identificam a funda arabização da potamonímia<sup>1</sup> situada no Centro e Sul portugueses, alinhada com o perfil geral de toda

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, ao nome próprio de um rio aplica-se o termo *potamónimo*, equivalente a *hidrotópónimo* no sentido ‘nome próprio referente a rio’ (cf. RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1019; ver também ROCHA, 2017, p. 30). Os *potamónimos* ou *hidrotópónimos* denominam, portanto, uma classe de nomes próprios que se distingue dos *hidrónimos*, classe de nomes comuns que denotam diferentes modos de apresentação ou acumulação da água – *fonte*, *rio*, *ribeiro*, *regato*, *arroio*, *lagoa*, *lago*, *golfo*, *mar*, *oceano* etc. Refira-se que o termo *hidrónimo* é usado por A. Almeida Fernandes (FERNANDES, 1952) para a designação de qualquer forma de extensão aquática, enquanto *hidrotópónimo* é aplicado pelo mesmo autor a um topónimo que inclua um hidrónimo.

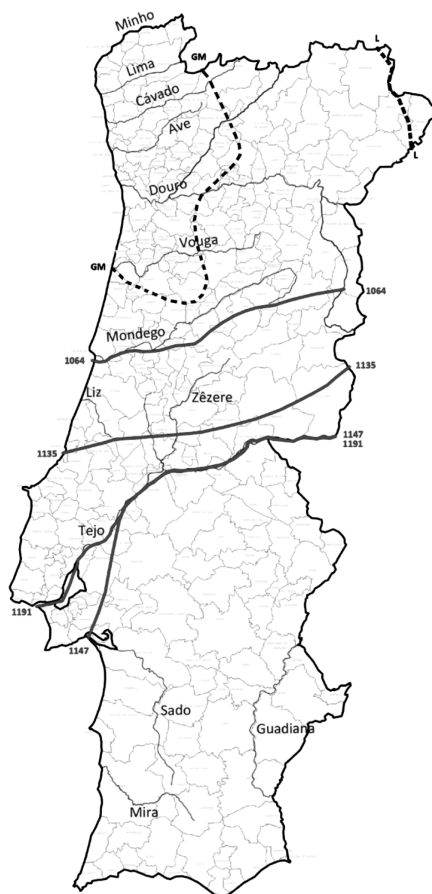
a toponímia das outras regiões peninsulares correspondentes. Por outro lado, no contexto português, trata-se também de um conjunto profundamente alterado pela expansão para sul dos dialetos galego-portugueses em consequência do avanço do poder militar cristão nortenho (*cf.* MARSÀ, 1960; FERNANDES; CARDEIRA, 2013; FERNANDES; CARDEIRA, 2017).

É este, portanto, o horizonte de inquérito do presente artigo, que se divide em três partes fundamentais. Na primeira, faz-se uma breve revisão de aspetos históricos e teóricos contextualizadores da fixação da atual toponímia meridional portuguesa bem como do valor documental da mesma. A segunda parte é dedicada ao método de abordagem dos principais estratos histórico-linguísticos que formam a atual potamonímia do Centro e Sul portugueses. Na terceira parte, propõe-se um perfil para a potamonímia das referidas regiões conforme os dados recolhidos e analisados em Rocha (2017), estudo em que, na verdade, assenta a quase totalidade desta exposição.

## **2 Pressupostos de um estudo da potamonímia meridional portuguesa: história, geografia, etimologia e estratigrafia**

Os traços de arabização da toponímia de Portugal continental estão estreitamente ligados à conquista e expansão cristãs na Península Ibérica medieval. Este longo processo histórico encontra-se representado em Fernandes e Cardeira (2013, p. 8; 2017, p. 154):

Figura 1 – Fases da conquista cristã entre os séculos XI e XIII no território português.



Fonte: Fernandes e Cardeira (2013, p. 8 e 2017, p. 154)

O mapa da figura 1 distingue fundamentalmente três grandes linhas de avanço da conquista cristã, como comentam Fernandes e Cardeira (2013, p. 2):

A Conquista cristã deu-se por fases (com avanços e recuos) ao longo do espaço e do tempo, tendo estabilizado no rio Douro por volta do ano mil. As linhas a rosa representam as suas fronteiras militares (as extremas) a sul do Rio Vouga desde 1064 (data da posse definitiva de Coimbra) a 1249 (com a conquista do Algarve): em 1135 a construção do castelo de Leiria por Afonso Henriques, que viria a ser o primeiro rei de Portugal, assegura a colonização a sul de Coimbra, e em 1147, a defesa da linha do Tejo permite a colonização dos territórios na Estremadura e no Ribatejo. Em 1191, no reinado de Sancho I, parte do Alentejo e do Algarve estava igualmente conquistada, mas o contra-ataque almóada faz recuar o domínio português novamente para o Tejo. Só em meados do século XIII é que o rei D. Afonso III recuperará

esses territórios. A colonização acompanhará os movimentos da Conquista e com ela a difusão do galego-português.

Focando as fronteiras entre cristãos e muçulmanos nos séculos XI a XIII, as autoras citadas consideram, portanto, uma linha intermédia entre a bacia do Mondego e a do Tejo, de Leiria aproximadamente à atual Penamacor. Sem contestar esta perspetiva, diga-se, no entanto, que a temporalidade dessa fronteira intermédia parece muito mais curta do que as de outras linhas de conquista, consideração ao encontro de Paulo Gomes Barbosa, que foca os principais aspetos militares desse longo processo, em que os rios Douro; Mondego e Tejo foram eixos definidores de uma fronteira que também se estendia pelas margens a sul (BARBOSA, 2008, p. 67):

Por vezes utilizamos acidentes geográficos para marcar, em certos momentos da História da luta entre o Islão e Cristandade, as linhas divisórias entre os contendores. E assim nos referimos, no que diz respeito ao território português, e até ao século XII, aos três momentos de avanço territorial: a conquista da 'linha do Douro', no século IX; a conquista da 'linha do Mondego', no século XI; e finalmente a conquista da 'linha do Tejo' no século XII. Mas, na realidade, cada um desses três rios, com as suas cidades amuralhadas e as suas fortalezas que guardavam os pontos de mais fácil travessia, marcava apenas o limite para norte do qual (no caso cristão) o território estava seguro. Por conseguinte, o rio fazia parte de um mais complexo sistema defensivo que, no caso do Mondego, se prolongava pelo Maciço Central.

As linhas avançadas dos cristãos não constituem, portanto, simples linhas ou barreiras esquemáticas; pelo contrário, alargam-se como faixas com certa área de superfície, e o que parece de reter nas palavras de Barbosa é a sugestão de as fronteiras criadas, embora decorrentes de um antagonismo que se acentuou nos séculos XII e XIII (*cf.* PICARD, 2000, p. 87-106), serem propícias a contactos prolongados que, do ponto de vista linguístico, numa e noutra direção, a toponímia atual ainda hoje documenta. Mas, como se sabe, onde a permanência árabo-muçulmana foi estável e prolongada, ou seja, para lá da bacia do Mondego e sobretudo a partir do vale do Tejo na direção sul, os nomes geográficos acusam forte interferência ou criação árabes – e a

potamonímia não é exceção. É também de realçar que a potamonímia meridional se desenvolveu e fixou em terras de colonização linguística, pelo que, aos nomes arabizados, se juntam nomes já portugueses formados pelo avanço dos falantes de dialetos galego-portugueses, num movimento associado ao da conquista cristã. Como observa Castro (2006, p. 8), ao comparar a história linguística de Lisboa com a das regiões a norte do rio Vouga:

[...] [U]m lisboeta nativo, descendente de muitas gerações de habitantes da capital ou do sul do país, fala uma língua que não é autóctone e não descende do latim aí falado no tempo do Império Romano, mas que foi transplantada a partir da Galécia Magna após a reconquista cristã. Exactamente como a língua falada no Rio de Janeiro ou em Maputo foi para aí transportada a partir de Portugal.

Não é, portanto, de admirar que, na globalidade da toponímia no território meridional avultem, ao lado de muitos nomes árabes e arabizados, numerosas marcas linguísticas do movimento de colonização cristã.

Somam-se a estes dois impactos históricos outros fatores da configuração do reportório de potamónimos no Centro-Sul e Sul portugueses. Situação frequente na toponímia, a polionímia torna-se frequente em rios de média e pequena extensão, menos sujeitos ao poder padronizador da língua administrativa; paradoxalmente, a mesma situação pode favorecer o desaparecimento de potamónimo sem concorrência quando a administração trata de fixar a denominação de todo o curso de água.<sup>2</sup> Não desenvolvendo aqui este ponto, refira-se apenas o caso de *Odiege*, um potamónimo de configuração arábica, que hoje parece esquecido, substituído por *ribeira de São Brissos* (cf. o *Reportório Toponímico de Portugal Continental* – RTP<sup>3</sup> – e a *Carta Militar de Portugal* – CMP – 1:25 000).

---

<sup>2</sup> É de assinalar que Leão (1610, p. 32) e Castro (1762, p. 134) incluem *Odiege*, mas, no século XIX, nem Leal (1875) nem Baptista (1876, p. 15) o registam, parecendo que estes, pela descrição geográfica que fazem, consignam *ribeira de São Brissos* e *ribeira de Alcáçovas* em lugar do referido nome arábico ou arabizado.

<sup>3</sup> Publicado em 1967 pelo Serviço Cartográfico do Exército do então existente Ministério do Exército de Portugal.

As flutuações demográficas de algumas regiões ou alterações no seu povoamento afetarão eventualmente a toponímia em geral, incluindo a potamonímia, verificando-se assim casos de substituição. Tampouco há aqui espaço para detidamente focar este aspeto, mas, por exemplo, no Alentejo, a conquista cristã pode ter favorecido a erosão e o esquecimento da toponímia arábica já na Idade Média pelo desmantelamento dos padrões de povoamento e exploração agrícola do período árabo-islâmico (*cf.* BOISSELIER, 1999, p. 179-180). Contudo, é também preciso considerar que a permanência de uma população importante não é incompatível com casos de substituição ou perda toponímicas no Sul. Com efeito, um exame da toponímia de um concelho como Almada, que parece ter tido uma densidade demográfica significativa e constante, evidencia vários casos de perda toponímica quando se compara o reportório toponímico medieval com o fixado durante as épocas moderna e contemporânea (*cf.* SOUSA 2003).

Finalmente, apesar de percorrido por rios extensos, o clima, a geologia e o relevo do Sul favorecem cursos de água de caudal irregular e prolongadas estiagens, frequentemente pouco extensos. Consequentemente, um reportório potamonímico meridional pode ser menos volumoso que outro referente ao Norte português, quando a seleção dos nomes se subordina ao comprimento dos rios. O Reportório Toponímico de Portugal Continental (RTP, p. IV) isto mesmo indica, pois a categoria de rio, que aí se distingue de ribeiro, ribeira, pequeno curso de água e se aplica a cursos de água de extensão média, abrange um número de rios meridionais claramente inferior ao número de rios atribuídos a regiões que se estendem da bacia do Mondego para norte (*cf.* ROCHA, 2017).

Muitos destes aspetos histórico-geográficos condicionadores da história linguística do território em referência estão de alguma forma inscritos na toponímia contemporânea ou com passado documentado, facultando material de carácter multilingue, com frequentes casos de opacidade semântica, dado exhibir marcas nem sempre enquadráveis no português. Trata-se muitas vezes de analisar e interpretar unidades linguísticas amalgamadas por sucessivas situações e períodos de contacto

cultural e linguístico entre populações, tarefa que levanta questões sobre a origem e evolução das palavras, no caso vertente, uma subclasse de nomes próprios, os topónimos. Assim, a abordagem aqui proposta assume a perspetiva etimológica, entendendo-se por *etimologia* o estudo da origem e da história das palavras, em geral, ou de uma palavra, em particular (*cf.* CAMPBELL e MIXCO, 2007, s.v. *etymology*)<sup>4</sup>. Além disso, os topónimos focados – mais precisamente potamónimos (nomes de rios) –, ao evidenciarem traços das diferentes línguas faladas historicamente no conjunto das regiões centro-meridionais portuguesas, definem a estratificação da diacronia linguística e justificam a ativação dos termos *estrato*, *substrato*, *superstrato* e *adstrato*,<sup>5</sup> compreensivelmente recorrentes na história extralinguística dos contactos culturais a que o léxico (com o onomástico) parece especialmente permeável.

### 3 Critérios para a identificação dos estratos constitutivos da potamonímia meridional portuguesa

No estudo da potamonímia situada a sul da bacia do Mondego e do Sistema Central – ou seja, a potamonímia centro-meridional portuguesa, para transpor um termo criado por Cintra (1971), que opunha os dialetos centro-meridionais aos dialetos setentrionais –, a interpretação e classificação dos nomes respetivos tem em conta as consequências linguísticas de três processos históricos marcantes, a saber, as

---

<sup>4</sup> Ver também Viaro (2011, p. 24 e 99). Sobre a natureza interdisciplinar dos estudos de toponímia (isto é, da toponomástica) e o papel da visão diacrónica dos seus métodos, ver Carvalhinhos (2009) e Torrado Pablo (1999). Acerca do contributo da toponomástica para a história da língua no contexto galego, consultar Martínez Lema (2014 e 2018).

<sup>5</sup> Ver Campbell e Mixco (2007), que definem estes termos de acordo com usos ainda correntes e válidos na literatura: “When an earlier language influences a later language which moves into its territory (causing its extinction or becoming dominant), the earlier language is called a *substratum*. [...]”; “In language contact, a *superstratum* language (or *superstrate* language) is the language of an invading people that is imposed on an indigenous population and contributes features to the indigenous people’s population. This takes place in the situation in which a more powerful or less prestigious language comes to influence a more local, less powerful or prestigious language, as in cases of conquest or political domination. [...]”; “In language contact, a language that influences a neighboring language or languages. Often it is assumed the language has relatively equal prestige with those it influences [...]”. Sobre a transposição da noção de estratigrafia para os estudos de história da língua, ver Aebischer (1978).



conquistas romana, árabe e cristã. Destes três momentos, a ocupação árabo-islâmica parece atuar como uma camada que modelou, esbateu ou apagou as marcas da latinização que o território já tinha conhecido. A expansão do reino de Portugal, por seu lado, traz as suas modalidades de galego-português para sul e determina adaptações, substituições e criações que igualmente alteraram o aspeto da potamonímia centro-meridional no seu conjunto.

Outra observação diz respeito aos critérios de classificação dos potamónimos apresentados: a diferença entre, por um lado, a etimologia do potamónimo com a sua história de transmissão e, por outro, a história do seu uso potamonímico. São situações que parecem confluir em vários potamónimos, mas há casos em que as duas perspetivas se separam, porque está documentada a origem detoponímica do potamonímico ou por fontes escritas ou por indícios materiais e geográficos. Trata-se de uma destringa importante para avaliar a estabilidade global e regional da potamonímia, mas a discussão aqui desenvolvida atém-se sobretudo à etimologia e à história de transmissão linguística de cada potamónimo, deixando para outra ocasião os comentários sobre a continuidade ou rutura no uso potamonímico de cada item.

### **3.1 A potamonímia pré-árabe a sul do Mondego e do Sistema Central: o contributo pré-latino e latino-romance**

No trabalho em que este se apoia (ROCHA, 2017), mostra-se como a distribuição geográfica dos potamónimos de raízes e radicais pré-latinos espelha o conhecido contraste físico e cultural entre o Norte e o Sul de Portugal, conforme se tem assinalado em diferentes domínios. Assim, enquanto a norte do Tejo aumentam os potamónimos de configuração indo-europeia, esta filiação torna-se muito mais incerta com os potamónimos de origem pré-latina do Centro-Sul e do Sul de Portugal continental. Com efeito, sobretudo no litoral meridional, como acontece com os distritos de Lisboa a Faro, além dos vestígios de um uso prolongado ou intenso do árabe, também é de ter em conta uma indo-europeização muito incerta antes da romanização. Se excluirmos os potamónimos correspondentes aos grandes rios – *Tejo* e *Guadiana*, os

quais deverão, aliás, ser contextualizados no interior sul, hipoteticamente indo-europeizado –, as etimologias dos demais nomes do Centro-Sul e do Sul revelam-se extremamente inseguras a respeito dos estratos linguísticos anteriores à arabização. A maior incerteza que recai sobre as raízes dos potamónimos distribuídos na direção sul parece refletir o mapa linguístico que é possível reconstituir com base nas fontes clássicas, as quais poderão apontar, a respeito do litoral português entre o Douro e o Guadiana, para uma situação linguística complexa, em que se integram falantes de línguas não indo-europeias<sup>6</sup>.

Na metade sul do território português, é especialmente interessante o nome *Sizandro*, visto apresentar-se isolado no contexto nacional e ibérico<sup>7</sup> – a não ser que se pretenda relacioná-lo com potamónimos da bacia do Mediterrâneo. Neste caso, a sequência *sis-* de *Sisandro* poderia corresponder a uma raiz que Villar (2000, p. 342/343) atribui a línguas não indo-europeias, cuja área de distribuição coincide com a dos topónimos da série em *-ippo*, entre os quais se incluem *Olisippo*, a sul, e *Colippo*, mais a norte, segundo o mesmo autor, relacionáveis com línguas da Ásia Menor (idem, p. 118). Deste modo, se os potamónimos de provável origem indo-europeia são mais frequentes nos distritos da metade norte de Portugal, conferindo-lhes homogeneidade, já o mesmo não se pode dizer dos potamónimos a sul, cuja opacidade e heterogênea filiação deixam supor que o extremo sudoeste peninsular, sobretudo no litoral, constitui uma região eventualmente menos exposta à indo-europeização que se terá generalizado a quase toda a península, mesmo antes de celtas ou romanos. Os potamónimos *Tejo* e *Guadiana*, incluídos nos conjuntos correspondentes aos distritos do Sul, acabam por ser irrelevantes, porque, tratando-se de designações de grandes rios, podem ter sido tomados de empréstimo por populações não indo-europeias estabelecidas a jusante desses rios ou simplesmente generalizados na época romana.

---

<sup>6</sup> Sobre a toponomástica meridional e a sua relação com populações que as fontes da Antiguidade apelidam de Túrdulos, ver Guerra (1998, p. 707-709).

<sup>7</sup> A terminação *-andro* também figura no potamónimo *Lisandro* (Lisboa), embora neste caso (e até no de *Sizandro*) não seja de excluir uma tardia intervenção erudita que ainda não foi possível esclarecer (cf. ROCHA 2017, p. 417 e 430).

A arabização deixaria depois uma forte marca fónica e morfológica, traduzida na criação de híbridos em que o material mais antigo se integrou e, por assim dizer, se afeioou às configurações de uma nova família linguística. O resultado é dificultar o exame etimológico dos potamónimos provavelmente híbridos, quando estes exibem o formante arábico *ode-/odi-* (de *wādī* ‘rio, vale’ – cf. subsecção 2.2.2). Casos como *Degebe* (atestado na Idade Média como *Odigebe*), *Divor* (*Odivor* na Idade Média e ainda na atualidade), *Odearce*, *Odeleite* e *Odivelas*, pertencentes a uma série que inclui outros casos (*Odelouca*, *Odiege* e *Odiáxere*), integram segundos elementos, totalmente opacos, que podem eventualmente ter filiação ainda mais difusa, pela falta de documentação, pelo silêncio das fontes consultadas ou pela aparente ausência de relação com a toponímia de outras regiões portuguesas ou peninsulares. Se *Divor* e *Odeleite* ainda se deixam sujeitar ao confronto com, respetivamente, *Ibor* (Cáceres) ou o *Guadalete* andaluz<sup>8</sup>, já os restantes resistem a uma análise desse tipo. Cabe, no entanto, frisar que, no estudo da etimologia dos potamónimos meridionais, é sempre de lembrar que a arabização da metade sul de Portugal acompanhou formas de ocupação do território que, em última análise, poderão ter acarretado a renomeação dos elementos da geografia física dessas regiões<sup>9</sup>.

Quanto ao património de origem latina anterior ou contemporâneo da implantação do árabe e identificável com o chamado romance moçárabe ou, numa aproximação a Corriente (2003), o romandalusi (ou romance andalusi), a literatura

---

<sup>8</sup> Cf. Castaño Fernández (2004) e Gordón Peral e Ruhstaller (1991).

<sup>9</sup> O movimento de fixação de uma nova população envolve também grupos e clãs berberes, como Picard (2000, p. 280) salienta, no contexto do Gharb Al-Andalus: “Au moins jusqu’au X<sup>e</sup> siècle, une forte cohésion clanique (*qawm*) domine la vie sociale des localités et zones où s’installèrent les groupes arabes et berbères, reposant essentiellement sur leur rôle militaire, dans le cadre des *junī* et des garnisons des *Thughūr* (régions) frontaliers. Cette cohésion eut pour effet de provoquer souvent des réactions pour préserver leur autonomie face au pouvoir central. Elle eut également pour corollaire une mise en valeur collective des terres qui leur étaient concédées. [...] [C]’est cette diffusion dont nous retrouvons la trace dans la toponymie gentilice du sud du Portugal (*Beni* + nom personnel), malgré les aléas de cette science, en particulier au Portugal: *Benfarras*, *Benafim*, *Benagil*, *Bensafrim* et d’autres anthroponymes de ce type sont présents dans la région de Silves.” Pode daqui supor-se que grupos de árabes e berberes terão feito como que tábua rasa da toponímia que eventualmente encontraram em uso entre as populações das terras que lhes foram concedidas.

aponta morfemas e lexemas de filiação latina. A este título, o estudo de Piel (1976) faculta algumas pistas que dizem diretamente respeito à dialetologia romance medieval território aqui em referência, entre elas, a da conservação de -L- e -N- intervocálicos de itens toponímicos de origem latina ou latinizados. Mais recentemente, Azevedo (2005) apresenta também contributos importantes para o enquadramento de muitos topónimos do centro de Portugal no romance das regiões que na Idade Média integraram o Condado de Coimbra, culturalmente ligadas ao moçarabismo. Contudo, em Rocha (2017), não se acham exemplos claros de potamónimos centro-meridionais com raízes latinas patrimoniais.

Em suma, em contraste com os potamónimos a norte do Mondego e do Sistema Central, os quais constituem um conjunto conservador, de feição ou forte interferência linguística indo-europeia, a potamonímia dos distritos do Sul português faculta elementos sem dúvida de grande antiguidade, mas de filiação insegura, modificados pela latinização seguida, inicialmente em condições de bilinguismo, de um longo processo de arabização.

### **3.2 A arabização da potamonímia meridional portuguesa: densidade e distribuição em Portugal**

Aborda-se nesta subsecção o importante património toponímico e potamónimico árabe ou arabizado do Centro e Sul de Portugal. Um simples exame da potamonímia meridional peninsular revela como o árabe modelou ou até obliterou a antiga potamonímia pré-romana e romanizada, como apontam Lautensach (1954, 1960), Lopes (1968), Piel (1976) e Terés (1986).

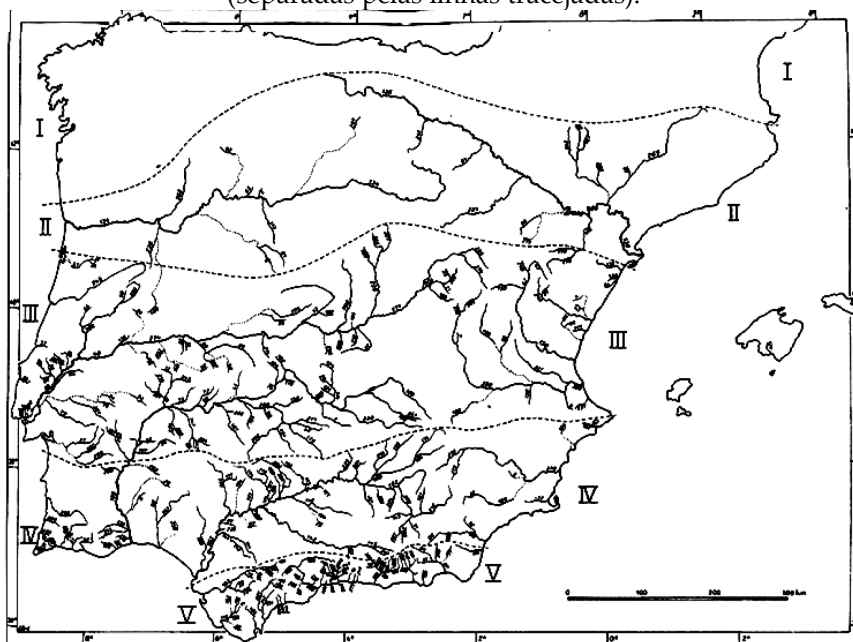
Confirmando sem surpresas a mesma tendência da toponímia portuguesa, já anteriormente reconhecida por Vasconcelos (1918, p. 60-61), os estudos de Lautensach (1954, 1960) revestem-se de interesse especial, porque dão conta da distribuição da potamonímia árabe e arabizada no território peninsular, a qual se torna mais frequente

de norte para sul (cf. idem, 1960, p. 32-33)<sup>10</sup>. Segundo o geógrafo alemão, toda a região se presta a ser dividida em cinco zonas da arabização: zona I (extremo Norte, até 41° – 42° 30' N): sem interferência árabe; zona II (metade norte, até 41° N), onde a maioria dos grandes rios e dos seus grandes afluentes tem nomes arabizados (casos puramente árabes em Aragão); zona III (metade sul até 38° 30' N), cujos cursos de água também possuem nomes arabizados, mas com um importante número de afluentes integralmente árabes; zona IV (grande parte do Sul até 37° 10' N), na qual já existem nomes arabizados para grandes rios (Guadalquivir); zona V (extremo Sul, a partir de 37° 10' N), em que os cursos de água têm maioritariamente nomes árabes. Esta repartição tem a configuração dada por Lautensach num conhecido mapa cuja versão de 1960 adiante se reproduz como figura 2.

---

<sup>10</sup> O mapa da figura 2 provém de Lautensach (1960, p. 32-33) e apresenta pequenas diferenças em relação à versão contida em Lautensach (1954, p. 239-240), reproduzida mais tarde na ELH (p. 577). Na versão de 1954, a zona I, ou seja, o “extremo Norte”, constituía uma faixa de território peninsular a norte dos 43°/42° 30' de latitude norte cuja potamonímia não evidenciava a interferência do árabe. Na versão de 1960 do mesmo mapa (LAUTENSACH, 1960, p. 32), o limite da zona I desce a ocidente até quase à foz do Douro, incluindo, portanto, os atuais distritos portugueses de Viana do Castelo, Braga e áreas dos do Porto e de Vila Real. Além disso, importa assinalar que Lautensach (1954 e 1960) se equivoca ao considerar como arabizados os nomes da zona II e alguns outros da zona III: com efeito, não há evidência de que *Douro*, *Sabor* ou *Mondego* devam a sua configuração à interferência da fonética árabe, o que sugere que não devem ser vistos como o potamónimo *Tejo*, este, sim, profundamente alterado pela arabização.

Figura 2 – Áreas de distribuição dos potamónimos árabes e arabizados na Península Ibérica (separadas pelas linhas tracejadas).



Fonte: Lautensach (1960, p. 32-33)<sup>11</sup>.

No mapa da figura 2, a faixa ocidental ocupada pelo atual território português é abrangida pelas zonas I, II, III e IV, portanto, por quatro das cinco áreas que o geógrafo alemão distinguiu quanto à intensidade da arabização. Com Lautensach (1954 e 1960), pode, portanto, afirmar-se que a potamonímia de grande parte das regiões do Norte português nunca ou raramente revela material linguístico árabe, mas este torna-se mais frequente do vale do Douro para sul e nas regiões orientais de Trás-os-Montes, como se observa no mapa acima.

Importa, contudo, assinalar alguns contrastes entre as duas versões – a de 1954 e a de 1960 – do estudo que Lautensach dedicou à potamonímia árabe e arabizada da Península Ibérica. No artigo de 1954, o mapa apresenta a dispersão geográfica de um conjunto onomástico de 271 itens, ao passo que no livro de 1960 são 290 os

<sup>11</sup> No mapa, cada representação de rio tem um algarismo associado que permite identificar o nome árabe ou arabizado respetivo numa lista ordenada alfabeticamente (LAUTENSACH, 1960, p. 32). Na reprodução feita na figura 2 não é possível ler esses algarismos, o que não é relevante, visto a informação a destacar é a das áreas de arabização.

potamónimos listados. A lista e o mapa de 1960 parecem corresponder a uma intenção corretiva do que fora exposto em 1954: por exemplo, o mapa de 1954 assinala o rio 232 como *Nerja*, o que é claramente um erro, pois não há registo de tal nome atribuído a um afluente do baixo Guadiana; a versão de 1960 indica, com a mesma localização, o potamónimo *Odearça*, que é o nome correto desse rio da rede hidrográfica do Guadiana em Portugal. De qualquer modo, aceitando que Lautensach tinha por mais exata fosse a lista de 1960, é possível definir um quadro comparativo deste elenco com o RTP, de 1967, e o reportório mais breve comentado por Rocha (2017)<sup>12</sup>, conforme se apresenta no quadro 1.

Quadro 1 – Zonas de arabização em Portugal e distribuição da potamonímia registada em Lautensach (1960, p. 32), no RTP e em Rocha (2017, p. 184-604).

	Lautensach 1960	RTP + CPM 1:25 000	Rocha 2017
Zona I	–	–	–
Zona II	Duero (Douro) Massueime Sábôr	rio Douro rio Massueime rio Sabor	Douro [não árabe] Massueime Sabor [não árabe]
Zona III	Albahaca [sic; ?] Alcabriche [sic] Alcáçovas Alcántara [sic] Alcarrache Alcobaça Alcobertas Alcôfra [sic] Alconchel Alcorrego Alfanzila Alforfa Alfusqueiro Alge	[não consta] ribeira de Alcabrichel ribeira das Alcáçovas só como topónimo ribeira de/rio Alcarrache rio Alcobaça ribeira das Alcobertas rio Alcofra [nome de lugar] Ribeira de Alcôrrego [não consta do RTP] <sup>13</sup> ribeira da Alforfa rio Alfusqueiro ribeira de Alge	– Alcabrichel [híbrido árabo-romance] – – Alcarrache Alcobaça [híbrido árabo-romance?] Alcobertas – – – – – Alfusqueiro [híbrido árabo-romance] –

<sup>12</sup> Sobre Rocha (2017), ver a secção 4.

<sup>13</sup> Lautensach (1960) localiza *Alfanzila* no vale do Tejo, na região de Abrantes. Trata-se de um microtopónimo, o mesmo a que Silveira (1937, p. 87) atribui a variante *Alfranzília*: e filia no árabe *khanzir* ‘porco, javali’, assinalando que “[...] designa um caneiro ou pequeno canal e um ‘cachão’ no Tejo, abaixo de Belver, nos limites de Alvega – ditos *Alfanzil* nos *Estudos para a navegab. do Tejo*’ [...] e *Alffanzira* em doc. de 1414 [...]”. O RTP, publicado em 1967, apenas regista *Alfanzina* como nome de lugar no concelho de Lagoa (distrito de Faro; cf. CPM 1:25 000, folha 604), forma que tem evidente semelhança fónica com *Alfanzila*.

	Algés Almadafe Almanzor[sic] Almoster Almuro Alpiarça Alpreade Alviela Asseca Azambuja Baraçal Enxarrique Guadelim Jamôr [sic] Mondego (O)degebe Odivelas [Beja] Odivelas [Lisboa] (O)divôr [sic] Pernes Tajo (Tejo) Xarrama Xévora Zêzere	ribeira de Algés ribeira de/do Almadafe rio Almansor, ribeira do ribeira de Almoster ribeira do/de Almuro [só como nome de lugar] ribeira de Alpreade rio Alviela [só como nome de lugar] ribeira de/da Azambuja ribeira do Baraçal ribeiro do Enxarrique ribeira de Godelim/Guadelim rio do Jamor rio Mondego rio Degebe ribeira de/rio Odivelas ribeira de Odivelas ribeira Divor, do Divor [só como nome de lugar] rio Tejo ribeira de/rio Xarrama rio Xévora rio Zêzere	Algés – Almançor – – – – Alviela – – – – Jamor [não árabe?] Mondego [não árabe] Degebe Odivelas [híbrido árabo-pré-latino?] Odivelas [híbrido árabo-pré-latino?] Divor [híbrido árabo-pré-latino?] – Tejo [pré-latino com interferência árabe] Xarrama Xévora Zêzere [não árabe]
Zona IV	Alcantarilha Alferce Algibre <sup>14</sup> Almádena Almargem Asseca Beliche Budens Bugaya [sic] Foupana Guadiana Odearça Odeáxere Odeleite Odelouca	ribeira de Alcantarilha só topónimo ribeira de Algibre ribeira de Almádena ribeira do Almargem ribeira da Asseca, rio Sequa ribeira de Beliche ribeira de Budens [não consta] ribeira de Foupana rio Guadiana ribeira de Odearce/Odearça ribeira de Odeáxere/Odiáxere ribeira de Odeleite ribeira de Odelouca	– – – – – Sequa [provavelmente árabe] Beliche [obscuro] – – Foupana [provavelmente não árabe] Guadiana [híbrido árabo-pré-latino] Odearce [híbrido de árabe?] – Odeleite [híbrido de árabe?] Odelouca [híbrido de árabe?]

<sup>14</sup> Mesmo assim, subsistem erros nas duas versões de 1954 e 1960 do estudo de Lautensach, como acontece com os seguintes casos: Alburrel (19 em 1954 e 1960); Albahaca (n.º 8 em ambas as versões); Nerja (n.º 232, em 1954); Bugaya (117, em 1954; e 123, em 1960); Zafrilla (n.º 266, em 1954; n.º 285, em 1960). Há ainda a registar oscilações na forma ou grafia do nome: Algibre (n.º 57 em 1954) e Algibe (n.º 58, em 1960). Sobre este último caso, assinala-se que Lautensach (1960, p. 24) regista Algibe, que depois identifica duas vezes no mapa 5 (*idem, ibidem*) com o n.º 58, uma como nome de um subafluente do Tejo na província espanhola de Cáceres e outra como ribeira de Algibre (Algarve). Trata-se claramente de um engano, porque na mesma lista, com o número 59, figura Algibre, que já constava de Lautensach (1954, p. 240) como nome do curso de água algarvio.



Odemira	só topónimo	Mira [não árabe]
Odeseixe [sic]	só topónimo	–
Zafrilla [sic]	[não consta]	–

Fonte: elaborado pelo autor.

A consulta do quadro 1 permite observar que os potamónimos portugueses incluídos no reportório potamonímico peninsular de Lautensach (1960, p. 32) constam geralmente do RTP, e, portanto, constituem um conjunto onomástico em uso (pelo menos administrativo) até finais da década de 60 do século passado<sup>15</sup>. Por outro lado, o confronto da lista do geógrafo alemão com Rocha (2017) leva a ponderar a possibilidade de poucos potamónimos resultarem de uma atribuição direta, como criação e depois prática apelativas operadas no período de domínio militar e administrativo árabo-muçulmano. Como se verá mais adiante (secção 4), Rocha (2017) identifica 24 potamónimos constituídos total ou parcialmente por morfologia árabe (4,99% de um total de 481 potamónimos estudados), não havendo nenhum a norte do Douro<sup>16</sup>; é, portanto, a sul deste rio que a potamonímia começa a acusar o impacto árabe até se intensificar na bacia do Tejo, com o aparecimento do elemento *odi-/ode-* (por vezes, reduzido a *d-*), que, apenas ocorrendo uma vez (*Odivelas*) na margem norte,

<sup>15</sup> Não obstante, é possível que certos potamónimos com menor projeção no uso linguístico geral possam estar sujeitos a fenómenos de variação – desde a alteração de segmentos à substituição de unidades onomásticas.

<sup>16</sup> Observe-se que Lautensach (1960) terá ido certamente longe demais ao inserir no conjunto de potamónimos arabizados os nomes *Sabor*, *Douro* e *Mondego*, cuja inclusão não se justifica aí, posto que não exibem os típicos traços arabizantes detetáveis nos potamónimos dos dois grandes rios meridionais. A inclusão deste nomes pré-latinos entre os sujeitos à arabização parece proceder dos critérios de recolha do geógrafo alemão, que considerou que as formas correspondentes atestadas em fontes árabes eram indicativas da arabização de tais nomes, o que não se confirma: *Douro* é o resultado atual de *Doiro*, evolução regular de \*DURIU-, forma latina de um item de origem pré-latina, muito provavelmente; *Sabor* provirá igualmente de um nome pré-latino, estando atestado por formas com *-l-* intervocálico e relacionando-se talvez à raiz indo-europeu \*sal- ‘torrente, rio’; e *Mondego* decorre regularmente de \*MUNDAECU-, provavelmente forma hipocorística de MUNDA, atestado na época romana. A densidade de potamónimos arabizados na zona II e na margem noroeste da zona III, conforme Lautensach as propõe, afigura-se, portanto, inferior à que deixa supor a lista onomástica e o mapa associado elaborados por este autor.

em Lisboa, se torna frequente no Alentejo (*Odivelas, Degebe, Divor*) e no Algarve (*Odeleite*).

As listas de Lautensach (1954 e 1960) parecem, assim, proceder de uma definição alargada (e até deturpadora) da potamonímia de eventual origem árabe, visto que inclui unidades onomásticas sem essa procedência, ainda que as fontes árabes as atestem<sup>17</sup>. Seguindo Pocklington (2018, p. 298), mais prudente se afigura considerar que “la toponimia árabe será el conjunto de nombres de lugar creados por los árabes andalusíes durante los siglos en que se empleó su lengua en la Península” ou “las denominaciones árabes introducidas después de la conquista cristiana en los lugares en que la población arabófona se mantuvo — a veces durante varios siglos”. Excluem-se, portanto, os topónimos alterados pela fonética e fonologia árabes ou criados já depois da conquista cristã com arabismos do léxico comum.

### 3.2.3 A interferência fonológica do árabe

Referência é devida ao número de nomes pré-árabes que acusam interferência fonológica do árabe. Caso evidente é o de *Tejo*, que exhibe o resultado da frequente substituição de *g* latino pela africada pré-palatal /ǧ/ do árabe (cf. CORRIENTE, 2002, p. 23), bem como o fenómeno de imela, que consiste na elevação de /a/ a /e/ ou /i/ (idem; cf. *Tajo*, em castelhano, sem imala; cf. STEIGER, 1991, p. 314-332). *Erges* (Castelo Branco) poderá igualmente acusar tal influência (cf. ROCHA 2017, p. 304).

Com os potamónimos meridionais mais arcaicos – por exemplo, *Tejo, Guadiana* ou *Arade* – a análise seria mais adequada se considerasse o nome enquanto resultado da interação de duas formas de transmissão que moldaram a forma atual. Trata-se, por um lado, da influência latina e mais tarde romance, nas suas variedades diatópicas,

---

<sup>17</sup> Só por equívoco se considerará um topónimo como arabismo pela razão de ocorrer em fontes árabes. Torna-se, portanto, mais que discutível a inclusão dos potamónimos *Douro* e *Sabor* num dicionário de arabismos da língua portuguesa (cf. ALVES, 2013).

que se podem agrupar em dois grandes sistemas, o galego-português e o meridional, geralmente chamado moçárabe. Por outro lado, conta-se a interferência do árabe, nas suas variedades andalusis, atuando como estrato que se apropriou de formas eventualmente modificadas pelos dialetos românicos meridionais e as transmitiu ao português.

A distinção dos vários estratos linguísticos por que passaram os potamónimos a sul da bacia do Mondego deve, portanto, corresponder a uma sequência temporal constituída por quatro fases de transmissão: a latina, incluindo o período germânico; a moçárabe ou românica meridional, que pode refletir o contacto com o árabe; a árabe, propriamente dita, que interferiu na transmissão de formas processadas ou não pelo dialetos moçárabes; e, finalmente, dos séculos XI a XIII, a galego-portuguesa ou já portuguesa medieval, que introduziu os seus sucessivos processos fonológicos característicos.

A sequência representada pelo esquema 1 é a cadeia de transmissão típica de um potamónimo da maior parte da região a sul do Tejo, onde a arabização estaria completa no final do século XII (VICENTE, 2006, p. 32), seguida de uma rromanização decorrente da Reconquista em meados do mesmo século. Cada fase é definida por adaptações morfológicas e fenómenos fonéticos específicos.

Esquema 1 — Exemplos de cadeia etimológica de transmissão com identificação de traços fonológicos e morfemas intervenientes.

Radicais e afixos pré-latinos	estrato latino-romance			
	fase latino-romance	estrato árabe	fases galego-portuguesa/portuguesa	
	adaptação fonomorfológica	– imala; – substituição de /g/ por /dʒ/ ou /ʒ/	adaptação fonomorfológica	
<i>Tejo</i>	* <i>tag-</i>	<i>Tagus</i>	<i>Taǧu, Taǧo</i>	<i>Tejo</i>

Fonte: Rocha (2017, p. 637; adaptado).

As quatro fases indicadas no esquema 1 só parecem globalmente válidas para o território a sul do Douro; em certas áreas a norte, apesar de a toponímia, em geral, e os potamónimos, em particular, não desconhecem elementos árabes ou arabizantes principalmente por via da antroponímia árabe (cf. SERRA, 1966)<sup>18</sup>.

Não se julgue, porém, que são facilmente identificáveis os vestígios da interferência árabe em potamónimos meridionais provavelmente pré-latinos e latinos ou de origem obscura, mas eventualmente relacionáveis com material desses estratos. Entre estes potamónimos, incluem-se nomes que poderão ter sido arabizados, à semelhança de *Tejo* e *Guadiana*, mas nos quais é difícil reconhecer marcas fonológicas ou morfológicas desse processo; trata-se de nomes não mencionados por Lautensach (1960), como sejam *Arade*, *Caia*, *Coia*, *Marateca*, *Mira* e *Sor*. Estas unidades, geralmente consideradas como pré-latinas (cf. ALARCÃO 2004, p. 320; BASCUAS, 2002, p. 9; FERNANDES, p. 1999; GUERRA, 1998, p. 253 e p. 521-522; LOPES, 1968, p. 100 e 122; MACHADO, 2003; VASCONCELOS, 1905, p. 59-60; 1931, p. 140; 1926, p. 328; 1991, p. 236) encontram-se em território historicamente arabizado, mas nelas não se observam traços linguísticos claros dessa circunstância. A sua explicação talvez se deva a tratar-se de formas adaptáveis quer aos dialetos árabes andalusis, sem nítida transposição fonética, quer, depois, à modalidade de galego-português que se difundiu a sul.

### 3.2.2 O elemento *ode-/odi-* e os potamónimos híbridos

Acresce ainda um outro condicionalismo da identificação de uma lista de potamónimos arabizados: o de nem todos estes nomes se deverem à iniciativa de indivíduos arabófonos na denominação direta dos cursos de água, podendo contar-se casos de potamonímia detoponímica, isto é, de nomes de rios criados por transferência toponímica. Ilustram esta situação casos como os de *Alcobaça*, *Alcobertas* ou *Almaceda*.

---

<sup>18</sup> Assim, na região entre o Minho e o Douro (ou um pouco mais a sul, até ao Vouga) e, abrangendo talvez o distrito transmontano de Vila Real, são de admitir duas fases, a latina e a portuguesa medieval (ou galego-portuguesa) sem solução de continuidade; visto o processo de transmissão não ser permeado pela arabização.

Paradoxalmente, torna-se, portanto, diminuto o número de potamónimos de Portugal continental aos quais se possa atribuir com toda a certeza uma origem árabe integral. Esta conclusão abrange mesmo a série que apresenta o elemento *ode-/odi-*, visto que este é seguido frequentemente por outro mais antigo, mesmo quando a forma toponímica se usa hoje como nome de lugar e não de rio.

Nesta última categoria, incluem-se os casos de *Odemira* e *Odesseixe* (ou *Odeceixe*), topónimos que já devem ter sido potamónimos, como formas mais antigas ou alternativas dos atuais *Mira* e *Seixe*<sup>19</sup>; A estes exemplos, soma-se o de *Odiáxere*, que é nome de localidade de muito provável origem potamonímica, ao mesmo tempo que o curso de água correspondente é identificado pelo nome próprio composto e tautológico de *ribeira de Odiáxere*, dada a possibilidade de interpretar *ode-/odi-* no sentido de ‘ribeira’; o mesmo ocorre com os casos de *Odivelas*: o do distrito de Lisboa é topónimo de maior proeminência do que a do potamónimo associado, o de rio *Odivelas*; no distrito de Beja, nas margens da ribeira também assim chamada, se encontra uma povoação homónima.

Observe-se, entretanto, que o elemento *ode-/odi-* ocorre praticamente apenas a sul do Tejo, não contando nenhum caso contemporâneo ou histórico acima da linha Montejunto-Estrela. Na verdade, excetuando o caso de *Odivelas*, imediatamente a norte de Lisboa, também se poderia afirmar que não ocorre a norte do Tejo. Em comparação com a forma cognata castelhana *guad-/guadi-*, que no centro-leste peninsular sobe e ultrapassa o sistema central, *ode-/odi-* concentra-se no ângulo sudoeste peninsular. *Guad-/guadi-* é, portanto, forma predominante em regiões dialectalmente castelhanas, mas também ocorre *odi-* (Odiel, na província de Huelva), como comenta Terés (1986, p. 263):

---

<sup>19</sup> Como potamónimo, há registo tanto de *Odemira* como de *Mira* como nome do mesmo rio (cf. BAPTISTA, 1876, p. 140), o que permite supor a possibilidade de *Odesseixe* e *Seixe* também constituírem ou terem constituído formas do mesmo potamónimo. Porém, nas fontes consultadas não foi encontrada confirmação desta hipótese.

En Portugal [...] los nombres de ríos con el componente Od- inicial se encuentran desde el extremo sur del territorio hasta la línea del Tajo; en España los tenemos en la provincia de Huelva, centrados en la cuenca del Odiel, y no sé si cabría añadirles el Arroyo de Oda-Verata, en término de Oropesa (Toledo), zona de aguas vertientes al Tajo [...].

Importa também assinalar que *ode-/odi-* e o seu cognato castelhano *guad-/guadi-* têm origem na forma andalusi do arábico *wādī-* ‘rio, vale’ (Pocklington 2016, p. 304)<sup>20</sup>

O elemento *ode-/odi-* pode ocorrer fora da potamonímia, também como topónimo (cf. RTP e CMP 1:25 000, pelo visualizador do CIGeoE-SIG<sup>21</sup>): *Odemira* (Beja), *Odesseixe* (Beja), *Odelouca* (Faro), *Odiáxere* (Faro). Assinale-se, porém, que estes surgem também associados a rios – com a mesma forma, casos de *ribeira de Odeleite* e *ribeira de Odelouca*, ou parcialmente a eles alusivos, como ocorre na atualidade, com os topónimos *Odesseixe* e *Odemira*, que testemunham a autonomia morfológica de *ode-*, quando contrastados com os potamónimos *Seixe* e *Mira*. Note-se, contudo, que a forma *Guadiana*, que substituiu a mais antiga *Odiana*, apresenta a variante *guadi-*, de origem castelhana.

Também Lopes (1968, p. 27) faz referência a todos estes nomes, com exceção de *Odearce*, mas inclui *Odiaz*. Embora Machado (2003) identifique *Odiaz* com *Odiais*, no concelho de Alcácer do Sal, o visualizador CIGeoE-SIG não identifica nem localiza nenhuma destas formas. Talvez se relacionem com *Odiege*, potamónimo recolhido por

---

<sup>20</sup> Terés (1986, p. 31 e 263/264), que inclui os potamónimos portugueses na sua análise e sistematização dos derivados de *wadi*, esclarece que em árabe a designação genérica de ‘rio’ ou ‘corrente de água’ é *an-nahr*; *al-wādī* tem na Arábia outra aplicação: “[...] [denota] el ‘cauce’ o ‘lecho’ que se abre en terreno quebrado, entre alturas laterales — cauce a menudo seco, o con agua intermitente — y con tal sentido se registra en la terminología toponímica de la Península Arábiga, incluso en el Yemen; posteriormente, su uso se extendió a otros territorios del imperio islámico y sigue viva en diversas regiones de Asia y de África, particularmente en Marruecos, donde viene a designar tanto cauces o depresiones de características análogas a aquellos primitivos, como corrientes perennes de agua que constituyen propiamente los ríos”. À semelhança do que acontece no Magrebe, no árabe de Al-Andalus havia igual preferência por *wādī*, como aponta Terés (*idem*, p. 33): “[...] la voz *Wādī* estaría más enraizada en el habla de los territorios peninsulares más arabizados lingüísticamente, es decir, que sería una expresión más andalusí [...]”. Ver também Fernandes *et al.* (2006, p. 69).

<sup>21</sup> A abreviação CIGeoE-SIG é relativa ao visualizador de informação geográfica do Centro de Informação Geoespacial do Exército (Portugal). Ver Referências bibliográficas.

Castro (1762, p. 134), que o localiza em Montemor-o-Novo e que hoje parece substituído por *ribeira de São Brissos* e *ribeira de Alcáçovas*.

À série definida pelo elemento *ode-/odi-*, devem juntar-se os potamónimos *Degebe* e *Divor*, respetivamente documentados como *Odigebe* e *Odivor*, portanto, ostentando o elemento árabe em discussão (cf. ROCHA, 2017). A aférese do *o-* inicial nestes nomes parece dever-se à sua reanálise como artigo definido em sequências descritivas: “ribeira de Odigebe/Odegebe” > “ribeira do Digebe/Degebe”; “ribeira de Odivor” > “ribeira do Divor”. Importa também assinalar o caso de Arade, atestado na Idade Média como *Oidaradi*, *Widaradi* e *hudiaradi*, ou seja, precedido de *ode-/odi-*.

Resta registar a possibilidade assinalada por Silveira (1935, p. 267) de estes potamónimos serem reinterpretados como unidades sintagmáticas formadas por água, a ocorrer como classificador – “água de”, equivalente a “ribeira de” ou “rio de” –, e um segundo elemento geralmente opaco: *Água Diana*, em alternativa a *Guadiana*.

Por outro lado, a análise destes potamónimos e outros topónimos prefixados por *ode-/odi-* permite destacar um segundo elemento de etimologia obscura: é o que se verifica no já mencionado caso de *Odivelas* (nos distritos de Lisboa e Beja), bem como em *Odearce* (Beja), *Odeleite* (Faro) e *Odelouca* (Faro). Do conjunto, deteta-se a possibilidade de os potamónimos se relacionarem com topónimos preexistentes; e, sendo assim, talvez surpreendentemente, a lista da potamonímia arabizada poderá revelar-se não só muito diferente da proposta de Lautensach (1954 e 1960), mas também mais reduzida. Convém ainda sublinhar que não se consideram aqui os potamónimos com origem no léxico comum de origem árabe por ser duvidoso que estes testemunhem resultados da denominação em contexto linguístico árabe ou de ascendente do árabe em situações de bilinguismo.

Deste modo, são, portanto, vários os potamónimos centro-meridionais que indiciam a interação entre o estrato árabe e as modalidades dialetais que integram o estrato latino-romance. Estes híbridos distribuem-se por dois tipos fundamentais, configurados conforme se apresenta no quadro 2, baseado em Rocha (2017, p. 635).

#### Quadro 2 – Potamónimos híbridos com morfologia árabe.

(? indica que a etimologia do potamónimo pode ser totalmente árabe)

artigo <i>al</i> + item total ou parcialmente não árabe (pré-latino ou latino-romance)	Alcabrichel (Lisboa), Alcarrache?, Alcobaça? (Leiria), Alcobertas (Santarém), Alcubelas (Lisboa), Alenquer? (Lisboa), Alfusqueiro (Aveiro), Almaceda (Castelo Branco), Almonda? (Santarém), Alpedriz (Leiria), Alviela (Santarém)
<i>od(eli)-</i> + item não árabe (pré-latino ou latino-romance)	Degebe? (Évora), Divor (Évora), Guadiana/Odiana (Portalegre), Odearce? (Beja), Odeleite? (Faro), Odivelas (Lisboa), Odivelas (Beja)

Fonte: Rocha (2017, p. 635; com alterações).

Sobre estes dois tipos de híbrido, como o ponto de interrogação assinala, ressalve-se que o estatuto de híbrido é questionável em vários casos, de acordo com as razões expostas nos respetivos comentários desenvolvidos em Rocha (2017). No entanto, em relação ao primeiro tipo, cabe igualmente assinalar a sua aparente concentração na zona III definida por Lautensach (1960), a qual sai reforçada quando se tem em conta a forma *Alponsur*, atestação medieval do potamónimo *Ponsul*, de Castelo Branco. O exame deste tipo de potamónimo – ou melhor, de topónimo, uma vez que parte destes nomes de rios aludem a lugares (*Alcobertas*, *Almaceda*, *Alpedriz*) – aponta para a eventualidade de o elemento não árabe aceitar o artigo árabe *al* independentemente de se tratar de nome comum ou próprio. Na verdade, esta possibilidade fica reforçada quando se atestam as formas *Viaster* e *Albiaster*, hoje substituídas por *Fornos* (nome de lugar e potamónimo), em documentos alto-medievais referentes à região de Coimbra (cf. MACHADO, 2003; ALARCÃO, 2005, p. 77). Estas formas suscitam alguma estranheza, porque, em árabe, como noutras línguas, os nomes próprios não têm associado o artigo definido, pelo que o elemento árabe, se for efetivamente o artigo definido, aguarda uma explicação.

### 3.3. A toponímia pós-árabe no Centro e Sul de Portugal

Trata-se de uma área de estudo que ainda não parece sistematicamente explorada no território continental português, pelo menos, do ponto de vista estritamente linguístico. Contudo, no âmbito peninsular, abrangendo Portugal, Marsà



(1960, p. 615-646) recolhe muitos exemplos da primeira fase desse tipo de toponímia, a que chama a “toponímia da Reconquista”. Não obstante, o referido autor inclui no seu estudo a toponímia de atribuição árabe, com origem na terminologia militar arábica; ainda assim, apresenta ao mesmo tempo dados com interesse para a implantação da toponímia latino-romance de procedência galego-portuguesa: serão exemplos a fixação toponímica de *castro* (*Castro Verde, Castro Marim*) *castelo* (*Castelo Branco*), de *torre* (*Torres Novas, Torres Vedras*) replicando casos que também se encontram nas regiões nortenhas (MARSÀ, 1960, p. 621-625; ver também SALEMA, 2016); ou, ainda, *atalaia*, refletindo este item o uso já integrado do arabismo no romance galego-português (cf. os muitos casos de *Atalaia* no Centro-Sul e Sul de Portugal, aliás, de difícil atribuição, por também resultarem de atos de nomeação no período árabe; cf. MARSÀ, 1960, p. 618-620 e RTP)<sup>22</sup>. O filólogo citado explora igualmente o contributo de etnónimos como *Francos* (*idem*, p. 635)<sup>23</sup> – embora nem sempre a forma *franco* e as suas flexões tenham interpretação étnica (cf. MACHADO, 2003) –, bem como a representação do onomástico cristão e nortenho, como acontece no já mencionado caso de *Castro Marim* e de muitos outros (*Paio Pires, Setúbal, ou Gomes Eanes, Beja* – *idem*, p. 637)<sup>24</sup>.

No âmbito da potamonímia, o atrás exposto não se perfila com clareza. Com efeito, em Rocha (2017), entre 141 potamónimos centro-meridionais comentados etimologicamente, é possível identificar 75 globalmente integráveis em estratos latino-romances, incluindo quer os dos dialetos do chamado moçárabe (ou romandalusi) quer os de procedência galego-portuguesa, de implantação mais tardia. Note-se, porém, que a quase totalidade deste conjunto latino-romance é formada por 71 itens relativamente transparentes, interpretáveis diacrónica e diatopicamente pelo léxico

---

<sup>22</sup> Será necessário um exame atento dos casos que Marsà (1960) atribui ao território continental português, tarefa que não foi possível aqui levar a cabo.

<sup>23</sup> Não é claro que o caso de *A dos Francos* se relacione com o etnónimo *franco*, porque pode tratar-se da toponimização do apelido *Franco*. Além disso, a forma *a de* (*A dos Negros, A dos Cunhados*) levanta alguns problemas de datação que não foi possível aqui aprofundar.

<sup>24</sup> Também não foi possível confirmar noutras fontes a medievalidade destes exemplos colhidos por F. Marsà.

comum do português ou pela onomástica de Portugal. Trata-se de formas enquadráveis no sistema galego-português, embora não seja de excluir a eventualidade de algumas terem tido transmissão patrimonial, sendo, portanto, cognatas das formas de génese galego-portuguesa, e representarem unidades latino-romances meridionais (ou romandalusis) cujo aportuguesamento (ou galego-aportuguesamento) pode ter-se operado por simples transposição ou (mínima?) adaptação, facilitadas por fatores de semelhança e afinidade fónica e semântica. Na secção 4, são dados pormenores sobre a distribuição geográfica destes potamónimos.

#### 4. Um perfil para a potamonímia centro-meridional de Portugal continental

No estudo da potamonímia, é de levar em conta a relação da extensão dos cursos de água com as tendências de distribuição etimológica e estratigráfica dos cursos de água nomeados. No caso do território continental português, estudos e comentários avaliam parte importante da potamonímia como património onomástico arcaico<sup>25</sup>, sobretudo quando se trata das denominações dos rios mais extensos, com maior presença na tradição político-administrativa (já que os nomes de rios menos extensos e com menor relevância histórico-administrativa teriam estado mais expostos a mudanças).

Ao encontro destas últimas considerações, Rocha (2017) recolhe e comenta 481 potamónimos extraídos do RTP, onde os potamónimos são distribuídos por três classes de cursos de água – *rio importante*, *rio* e *ribeiro*, *ribeiro*, *pequeno curso de água* –, as quais podem ser aqui identificadas respetivamente por tipo I, tipo II e tipo III. Rocha (2017), selecionando apenas os dois primeiros tipos, revela que a primeira categoria, a dos “rios importantes” (tipo I) compreende 18 potamónimos, atestados, direta ou indiretamente, ou em fontes da Antiguidade (*Ave*, *Douro*, *Lima*, *Minho*, *Mondego*,

---

<sup>25</sup> Leia-se, por exemplo, a seguinte observação de Silveira (1940, p. 383), a propósito do potamónimo *Dão*: “Quási todos os nomes dos nossos rios de algum vulto, salvo os de proveniência arábica, do sul, pertencem às línguas indígenas pré-romanas; e, desconhecendo nós estas, é muito incerto tudo o que se possa dizer sobre o seu sentido.”

*Tâmega, Tejo, Vouga* e, parcialmente, *Guadiana*<sup>26</sup>) ou em documentos medievais (*Alva, Cávado, Coa, Dão, Sabor*). Este conjunto filia-se nos estratos pré-latinos, dada a sua opacidade à interpretação baseada em itens do léxico comum ou do onomástico do latim em geral e, em particular, do latim hispânico; também os casos de atestações destes potamónimos unicamente medievais não se enquadram geralmente nem na antroponímia germânica, nem entre as unidades de origem árabe. Restam quatro potamónimos – *Mira, Sado, Sorraia*<sup>27</sup>, *Zêzere* –, dos quais três terão origem obscura, ainda que provavelmente se inscrevam entre os nomes pré-latinos; só *Sado* parece encontrar-se fora deste conjunto, numa relação pouco provável quer com os estratos pré-latinos quer com o fundo latino. Importa também assinalar que três dos quatro casos que levantam maiores dúvidas quanto à sua origem – *Sorraia, Sado* e *Mira* – constituem, com *Tejo* e *Guadiana*, o reduzido elenco potamonímico de tipo I na metade meridional de Portugal, o qual é reflexo dos já mencionados condicionalismos de clima e terreno sobre a rede fluvial. A estes fatores físico-geográficos, alia-se a prolongada interferência do árabe, a qual, face à falta de documentação que permita reconhecer ou supor uma continuidade na transmissão, obscureceu relações etimológicas e, noutros casos, operou uma verdadeira rutura com as séries toponímicas características dos estratos pré-latino e latino-romance.

Quanto aos muito mais numerosos rios de menor extensão (de 20 a 100 km), já estes se pautam pela heterogeneidade etimológica, conforme se evidencia também em Rocha (2017). Com efeito, este conjunto – tipo II – inclui nomes que tanto remontarão à Antiguidade como poderão já atribuir-se aos períodos históricos da língua portuguesa. Aumentando o número de nomes em análise, aumenta também, portanto, a diversidade estratigráfica da sua distribuição, como se salienta adiante neste

---

<sup>26</sup> Na verdade, *Guadiana* é um composto e, portanto, é o elemento *-ana* que se considera para o agrupar aos outros potamónimos mencionados, atendendo que são as formas *Ana* ou *Anas* as que se encontram atestadas nas fontes da Antiguidade (cf. GUERRA, 1998, p. 278-280).

<sup>27</sup> *Sorraia* é um caso de aglutinação de dois nomes, *Sor* (v.) e *Raia* (v.), este, aparentemente mais recente, talvez de um item integrável no estrato latino-romance, e aquele, possivelmente pré-latino.

trabalho. Quantificando estas observações, a tabela 1 apresenta de forma condensada um quadro geral proveniente de Rocha (2017, p. 606).

Tabela 1 – Distribuição geográfica e linguística dos potamónimos de Portugal continental.

	obscura		pré-latino		germânico		árabe		latino-romance/ português		totais
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Norte (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real)	36	17,91%	21	10,45%	6	2,99%	0	0,00%	138	68,66%	201
Centro-Norte (Aveiro, Coimbra, Guarda e Viseu)	21	15,11%	26	18,71%	3	2,16%	3	2,16%	86	61,87%	139
Centro (Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Santarém)	20	19,42%	5	4,85%	0	0,00%	13	12,62%	65	63,11%	103
Centro-Sul (Évora, Portalegre e Setúbal)	7	38,89%	3	16,67%	0	0,00%	4	22,22%	4	22,22%	18
Sul (distritos de Beja e Faro)	8	40,00%	2	10,00%	0	0,00%	4	20,00%	6	30,00%	20
PERFIL NACIONAL	92	19,13	57	11,85	9	1,87	24	4,99	299	62,16	481

Fonte: Rocha (2017, p. 606; adaptado).

Esta tabela torna-se mais legível com o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos potamónimos de Portugal continental por estratos linguísticos. (frequências absolutas)



Fonte: Rocha (2017, p. 611).

O gráfico 1 representa a distribuição dos potamónimos aqui estudados por estratos linguísticos e permite visualizar o facto de o estrato latino-romance (abrangendo os períodos mais recentes, já portugueses) ter grande expressão no território continental português, seguido de longe pelos estratos pré-latino, arábico e germânico.

Do ponto de vista da descrição estratigráfica, do exame da tabela 1 e do gráfico 1 ressalta o claro predomínio dos potamónimos relacionáveis com itens do léxico

comum e do onomástico de génese latino-romance, os quais estão em clara maioria no todo do território continental português (299 potamónimos, chegando a 62%). Mas igualmente é notável o relevo dos potamónimos de origem obscura, isto é, de estrato não identificável, não mencionados nas fontes antigas e medievais consultadas e não contextualizáveis linguisticamente mesmo por comparação com topónimos de regiões extraportuguesas. Trata-se de um conjunto com frequência significativa (92 nomes, isto é, 19,13% do conjunto) nas regiões Centro, Centro-Sul e Sul e decorre da dificuldade em inscrever os constituintes dos potamónimos portugueses mais meridionais, por um lado, numa família ou sub-ramo linguísticos e, por outro, na alteração que a variação do romance e do árabe andalusis terão determinado em morfemas eventualmente cognatos ou afins dos que participam na constituição dos nomes do Centro-Norte e do Norte. Constata-se também que os nomes pré-latinos, mais arcaicos (57 potamónimos que correspondem a 11,85%), entre os quais se salientam os atestados nas fontes antigas ou na reconstrução linguística e que foram transmitidos por via exclusivamente ou maioritariamente latino-romance, se concentram nos distritos da metade norte do território português<sup>28</sup>. Segue-se o património de origem árabe (24, isto é 4,99%), enquanto o estrato germânico tem representação diminuta (9 nomes, formando 1,87%).

Quanto à distribuição geográfica, a tabela 1 e o gráfico 1 apresentam uma repartição territorial definida pelas diferentes fases da expansão territorial do Estado português, quantificando as diferenças por cinco regiões – Norte, Centro-Norte, Centro, Centro-Sul e Sul –, as quais são limitadas sobretudo por critérios geográficos – consideram-se barreiras ou zonas de transição os vales fluviais (caso do Douro, do Mondego ou do Tejo) e os acidentes orográficos (o Sistema Central) –, embora a região

---

<sup>28</sup> Tendo em conta a densidade da toponímia pré-latina na atual Galiza, conforme defende Bascuas (2002, 2006, 2014), com a hipótese do europeu antigo, é de esperar que a norte do Douro também se encontre uma situação semelhante, até por o Norte de Portugal não ter conhecido uma ocupação árabe consistente nem prolongada. Contudo, em Rocha (2017), revela-se que são as regiões setentrionais da antiga Lusitânia, mais expostas às convulsões das lutas entre o Norte cristão e o Sul muçulmano, que facultam um número apreciável de nomes pré-latinos e de nomes obscuros que podem relacionar-se com este estrato.

extremo-meridional se defina sobretudo pelo critério histórico da conquista cristã mais tardia. Não obstante esta distinção ter a desvantagem de as regiões mais meridionais contarem poucas ocorrências e, portanto, ocasionarem distorções percentuais que impedem comparações seguras, importa salientar o claro contraste entre as duas regiões mais a norte e as restantes três na direção sul: enquanto nas primeiras a potamonímia árabe tem pouca expressão, as regiões além da bacia do Mondego e do Sistema Central evidenciam uma maior frequência de nomes de origem árabe ou arabizados nas regiões do centro, do Centro-Sul e do Sul de Portugal continental, embora nestas zonas seja também de salientar o grande número de potamónimos cuja origem é obscura, não se relacionando com clareza com unidades ou traços linguísticos identificativos ou típicos dos estratos em discussão. Dos pontos de vista estratigráfico, portanto, os potamónimos em discussão ordenam-se quantitativamente por ordem decrescente assim:

- 1.º – Potamónimos de origem latino-romance, frequentes em todo o território continental.
- 2.º – Potamónimos pré-latinos menos frequentes, dispersos por todo o território.
- 3.º – Nomes árabes (ou parcialmente árabes e, portanto, híbridos), com distribuição menos generalizada: a partir da margem esquerda do Douro, ocorrem esporadicamente na região Centro-Norte (são exemplos *Alfusqueiro*, em Aveiro, ou *Múceres*, em Viseu), tornando-se numerosos no Centro, no Centro-Sul e no Sul, onde é típica a potamonímia prefixada por *ode-* ou *odi-* (*Odeleite*, *Odivelas*).

Como indicam a tabela 1 e o gráfico 1, considera-se uma categoria relativa às unidades onomásticas de origem germânica, apesar de estas, por pouco significativas, se afigurarem integráveis no estrato latino-romance, justamente de modo a salientar a

sua importância diminuta quando comparada com os outros tipos.<sup>29</sup> De qualquer modo, deve frisar-se a irrelevância do contributo germânico, cuja presença na potamonímia de Portugal continental nunca configura a fixação direta de atos de nomeação de falantes de dialetos germânicos<sup>30</sup>.

É de relevar que dos 481 potamónimos em referência, só 38 (7,88%) se reportam a cursos de água a sul do Tejo; e mesmo que se agreguem os potamónimos relativos a rios que correm nos distritos imediatamente a sul do sistema Montejunto-Estrela mas a norte do Tejo – Leiria, Lisboa, Santarém e Castelo Branco, contribuindo com mais 103 nomes –, o total de 141 potamónimos (38+103) não ultrapassa 30% da nomenclatura selecionada<sup>31</sup>. O quadro 3 dá conta esquematicamente da classificação etimológica deste conjunto bem como da história da sua transmissão (*cf.* esquema 1, na secção 3.2.3).

---

<sup>29</sup> O impacto na antroponímia e, depois, na toponímia não indicia uma verdadeira situação de contacto linguístico, na sequência de uma eventual implantação de dialetos germânicos no território português. As fontes consultadas são omissas quanto à possibilidade de se terem verificado usos continuados desses dialetos. Não terá havido, pois, sequer condições para uma germanização ou para uma interferência germânica com a mesma profundidade com que se repercutiu a arabização.

<sup>30</sup> Um potamónimo resultante da conversão (trasladação) de um topónimo (detopónimo) por sua vez de origem antroponímica germânica ou outra pode ser relativamente recente e, portanto, ainda que a sua histórica onomástica seja globalmente mais remota e se relacione com estratos pré- ou não portugueses, a sua história no quadro potamonímico é posterior e pode inserir-se na da língua portuguesa.

<sup>31</sup> Note-se, contudo, que o distrito de Lisboa alinha com Leiria e distritos mais a norte, já que conta com 37 potamónimos, assim refletindo condições geográficas de importante influência atlântica. Esta observação vai, portanto, ao encontro da perspectiva geomorfológica de H. Lautensach, que sugeria a inclusão da península de Lisboa e grande parte da de Setúbal na parte setentrional de Portugal (*cf.* RIBEIRO; LAUTENSACH; DAVEAU, 1987, p. 135).

Quadro 3 – Classificação dos potamónimos centro-meridionais portugueses quanto à etimologia e história de transmissão<sup>32</sup>

potamónimos	origem linguística da atribuição					história de transmissão		
	obsc.	pré-lat.	ár.	germ.	lat.-rom.	lat.-rom. I	ár.	lat.-rom. II
Açude (Ls)					X			X
Águas Belas (Lr)					X			X
Alcabrichel (Ls)			X		(X)	?	X	X
Alcaide (Lr)			?		X		?	X
Alcarrache (Év)			X				X	X
Alcoa (Lr) – cf. Alcobaça			X					X
Alcobaça (Lr)			X		(X)		X	X
Alcobertas (St)			(X)		X		?	X
Alcubela (Ls)			X		(X)		?	X
Alenquer (Ls)	X						?	X
Almaceda (CB)			X		(X)	?	X	X
Almançor (Év, St)			X				X	X
Almonda (St)		?	X			X	X	X
Alpedriz (Lr)			X		X	?	X	X
Alviela (St)			?		X	?	X	X
Alvor (Fr)			X				X	X
Anços (Lr, Co)		X				X		X
Antas (Lr)					X			X
Arade (Fr)		X				?	X	X
Ardila (Bj)	X						?	X
Areia (Lr)					X			X
Arnoia (Lr)	X	?				?		X
Arunca (Lr, Co)		X				X	?	X
Azenhas (Lr)					X			X
Baça (Lr) (cf. Alcobaça)	X						?	X
Bazágueda (CB)	X					?	?	X
Beliche (Fr)	X					?	?	X
Bogota (Ls, Lr)	X					?	?	X
Boiçã (Lr)					X			X
Bouco (Ls)					X			X
Caia (Pt)		X				?	?	X
Cal (Lr)					X			X
Calçada (Ls)					X			X
Carapua (St)	X				?	?	?	X
Carvalho (St)					X			X

<sup>32</sup> As abreviaturas entre parênteses dizem respeito aos distritos centrais e meridionais portugueses por onde estes rios correm: Bj = Beja; CB = Castelo Branco; Év = Évora; Fr = Faro; Lr = Leiria; Ls = Lisboa; Pt = Portalegre; St = Santarém; Sb = Setúbal. Os X entre parênteses indicam a inclusão de material linguístico pré-árabe ou não árabe. O sinal ? indica a possibilidade de inclusão etimológica de um item num estrato ou a sua eventual adaptação a uma língua posterior a esse estrato.



Castanheira (Lr)					X			X
Centeio(St)					X			X
Chança (Bj)					X	?	?	X
Chãos (Lr)					X			X
Coína (Sb)		X				X	?	X
Corga (Lr)					X			X
Corte (Fr)					X			X
Costa (Ls)					X			X
Coz (Lr)	X					?	?	X
Crós Cos (Ls)	X					?	?	X
Cuco (Ls)					X			X
Degebe (Év)		?	X		?	?	X	X
Divor (Év, St)		?	X			?	X	X
Erges (CB)	X	?				X	?	X
Esperança (Lr)					X			X
Fanadia (Lr)					X			X
Ferrel (Lr)					X	X	?	X
Fonte Santa (Lr)					X			X
Foupana (Fr)	X				?	?	?	X
Galvão (Ls)					X			X
Gilão (Fr)	X				?	?	?	X
Grande (Ls)					X			X
Grande da Pipa (Ls)					X			X
Guadiana (Pt, Év, Bj, Fr)		(X)	X			X	X	X
Igreja Velha (Lr)					X			X
Jaleca (St)	X				?			X
Jamor (Ls)	X					?	?	X
Judeu (Sb)					X			X
Junceira (Lr)					X			X
Lama (Lr)					X			X
Lavandeira (Lr)					X			X
Lena (Lr)		X				X	X	X
Lis (Lr)		X				?	?	X
Lisandro (Ls)	X	?				?	?	X
Loures (Ls)	X				?	?	?	X
Louriceira (Ls)					X			X
Lousa (Ls)					X			X
Maior (St)					X			X
Marateca (Év, Sb)	X	?				?	?	X
Mata (Ls, St)					X			X
Matos (Ls)					X			X
Meimoa (CB)			X				X	X
Meio, rio do (Lr)					X			X
Mira (Bj)		X				X	X	X
Moita					X			X
Monte do Marquês (Bj)					X			X
Mourual (St)	X				?	?	?	X

Nabão (Lr)		X				X	?	X
Ocresa (CB)	X					?	?	X
Odearce (Bj)			X			?	X	X
Odeleite (Fr)		?	X		?	?	X	X
Odivelas (Bj)		?	X			?	X	X
Odivelas (Ls)		?	X			?	X	X
Ota (Ls)	X		?				?	X
Pedralhos (Lr)					X			X
Pedrulhos (Ls)					X			X
Penegral (St)					X	?		X
Pequeno (Ls)					X			X
Pisões (Lr)					X			X
Ponsul (CB)	X							
Ponta do Jardim (Lr)					X			X
Porto (Sb)					X			X
Raia (Év)	X				?	?	?	X
Raimunda (Ls)					X			X
Real (Lr)					X	X		X
Rebelos (Lr)					X			X
Risco (Ls)					X			X
S. Domingos (Lr)					X			X
S. Vicente (Lr)					X			X
Sado (Bj, Sb)			X			?	?	X
Safareja (bj)	X		?		?		?	X
Safarujo (Ls)	X		?		?		?	X
Salema (Ls)	X		?				?	X
Sangue (Ls)					X			X
Sanguinheira (Lr)					X			X
Santo (St)					X			X
Santo António (Ls)					X			X
Seco (Fr)					X			X
Seco (Lr)					X			X
Sequa (Fr)			X				?	X
Sever (Pt)	X				?	?	?	X
Silveira (Ls)					X			X
Sizandro (Ls)	X	?				?	?	X
Sobral (Ls)					X			X
Sobreira (Lr)					X			X
Sor (Pt, Év)	X	?				?	?	?
Sorraia (Pt, St, Ls)					X (composto)			X
Tábuas (Lr)					X			X
Tejo (CB, Pt, St, Ls, Sb)		X				X	X	X
Tera (Év)	X					?	?	X
Terges (Bj)	X					?	?	X
Tornada (Lr)					X			X
Torto (Bj)					X			X
Torto (CB)					X			X

Torto (Év)					X			X
Torto (St)					X			X
Toxofal (Ls)	X		?		?	?	?	X
Trancão (Ls)					X			X
Travessa (Ls)					X			X
Tripeiro (CB)					X			X
Valverde (Ls)					X			X
Vascão (Fr)	X				?	?	?	X
Velho (Lr)					X			X
Vergado (Lr)					X			X
Xarrama (Év, Sb)	X					?	?	X
Xévora (Pt)	X	?				?	?	?

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 3, importa realçar que os potamónimos do estrato latino-romance mais recente (da implantação dos dialetos galego-portugueses em diante) se concentram nos distritos de Leiria (29 nomes) e Lisboa (24 nomes) constituindo um conjunto de 53 potamónimos. Em relação aos potamónimos dos restantes distritos, as frequências absolutas das unidades, sempre diminutas, não possibilitam comparações conclusivas. Mesmo assim, enquanto Santarém exhibe uma maioria de nomes filiáveis no estrato já português (8 potamónimos num conjunto dos 14 deste distrito), já Castelo Branco se destaca pelos nomes obscuros ou mais arcaicos (5 num total de 9 potamónimos), ligando-se assim aos territórios a oeste e a norte; e os distritos do Sul (Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal) representados por um total de 38 potamónimos, evidenciam uma marca árabe mais individualizadora do que importante (8 potamónimos), visto esta não superar o conjunto dos nomes de origem obscura (15 nomes) e os provenientes dos estratos latino-romances (10 nomes, dos quais 8 são identificáveis com o léxico comum português). O quadro 4 elenca os potamónimos delexicais e deonomásticos já enquadráveis no contexto linguístico instaurado decorrente da conquista cristã medieval.

Quadro 4 – Potamónimos delexicais e deonomásticos do estrato galego-português.

Leiria (43)	Águas Belas (rio das), [Alcaide (rio)], Antas (rio das), Areia (rio da), Azenhas (rio das), Cal (rio da), Castanheira (rio da), Chãos (rio de), Corga (rio da), Esperança (rio da), Fanadia (rio da), Fonte Santa (rio da), Igreja Velha (rio da), Junceira (rio da), Lama (rio da), Lavandeira (rio da), Meio (rio do), [Pedralhos (rio de)], Pisões (rio dos), Ponta do Jardim (rio da), [Real (rio)], Rebelos (rio dos), S. Domingos (rio de), S. Vicente (rio de), Sanguinheira (rio da), Seco (rio), Sobreira (rio da), Tábuas (rio das), Tornada (rio da), Velho (rio), Vergado (do)
Castelo Branco (9)	Torto (rio), Tripeiro (rio)
Lisboa (37)	Louriceira (rio da), Lousa (rio de), Mata (rio da), Matos (rio dos), Pedrulhos (ribeira de), Pequeno (rio), Raimunda (rio da), Risco (rio do/vala do), [Sangue (rio)], Santo António (rio de), Silveira (rio da), Sobral (rio do), Trancão (rio), Travessa (rio da), Valverde (rio de)
Santarém (14)	Carvalho (rio do), Centeio (rio/rio do), Jaleca (rio da), Maior (rio), Mata (rio da), Penegral (rio do), Santo (rio), Torto (rio)
Setúbal (4)	Judeu (rio), Moita (rio), Porto (rio do)
Portalegre (5)	–
Évora (9)	[Raia (ribeira da)], Torto
Beja (11)	[Chança], Monte do Marquês (ribeira), [Safareja], Torto (rio), [Vascão (ribeira)]
Faro (9)	Corte (ribeira da), [Foupana (ribeira da)], Seco (rio)

Fonte: elaborado pelo autor.

Obs.: Na coluna da esquerda, os algarismos entre parênteses indicam os totais correspondentes a cada distrito. Os distritos dispõem-se de norte para sul e de oeste para leste.

Mesmo assim, pode considerar-se que as regiões abrangidas pelos distritos de Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco constituem uma região de transição ou uma sub-região no conjunto do território a sul do vale do Mondego e do sistema montanhoso central, como configuram os dados contidos na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição geográfica e linguística dos potamónimos do centro e sul de Portugal continental.

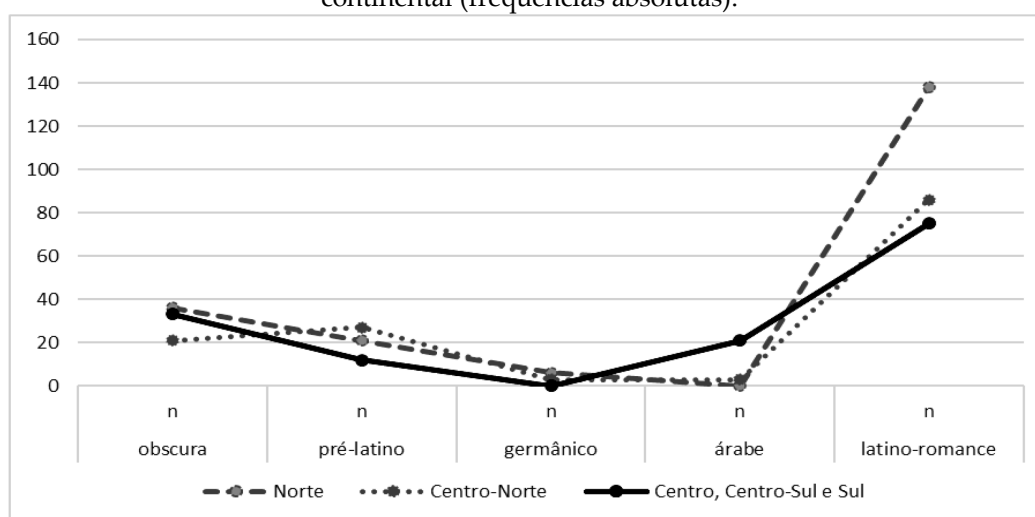
	obscura		pré-latino		germânico			árabe		latino-romance/ português		totais	
	n	%	n	%	n	%		n	%	n	%		
Leiria	5	6,98%	3	11,63%	0	0,00%		4	9,30%	31	72,09%	43	
Castelo Branco	4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%		2	22,22%	2	22,22%	9	
Lisboa	9	24,32%	0	0,00%	0	0,00%		4	10,81%	24	64,86%	37	
Santarém	2	14,29%	1	7,14%	0	0,00%		3	21,43%	8	57,14%	14	
	<b>Centro</b>	<b>20</b>	<b>19,42%</b>	<b>5</b>	<b>4,85%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>		<b>13</b>	<b>12,62%</b>	<b>65</b>	<b>63,11%</b>	<b>103</b>
Setúbal	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%		0	0,00%	3	75,00%	4	

Portalegre		3	60,00%	2	40,00%	0	0,00%		0	0,00%	0	0,00%	5
Évora		4	44,44%	0	0,00%	0	0,00%		4	44,44%	1	11,11%	9
	<b>Centro-Sul</b>	<b>7</b>	<b>38,89%</b>	<b>3</b>	<b>16,67%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>		<b>4</b>	<b>22,22%</b>	<b>4</b>	<b>22,22%</b>	<b>18</b>
Beja		4	36,36%	1	9,09%	0	0,00%		2	18,18%	4	36,36%	11
Faro		4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%		2	22,22%	2	22,22%	9
	<b>Sul</b>	<b>8</b>	<b>40,00%</b>	<b>2</b>	<b>10,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>		<b>4</b>	<b>20,00%</b>	<b>6</b>	<b>30,00%</b>	<b>20</b>

Fonte: baseado em Rocha (2017, p. 606).

Os contrastes apontados, entre a distribuição nacional e distribuição regional, tornam-se mais perceptíveis no gráfico 2.

Gráfico 2 – Comparação da distribuição regional e estratigráfica dos potamónimos de Portugal continental (frequências absolutas).



Fonte: Rocha (2017, p. 613).

No gráfico 2, onde se agregam os potamónimos das regiões do Centro, do Centro-Sul e do Sul, de modo a equilibrar amostras, a distribuição regional dos potamónimos não se afasta grandemente da tendência nacional representada no gráfico 1, a não ser no que diz respeito ao estrato árabe, ausente a norte do Douro, evidenciado por alguns casos de terras sul-durienses até ao Mondego, mas a sul deste rio claramente bem representado. No gráfico 2, fica assim patente a importância do contributo do estrato árabe para o perfil da potamonímia nas regiões portuguesas mais a sul, portanto, nos distritos de Leiria, Castelo Branco, Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Com efeito, os potamónimos árabes são em número de 21, o que se traduz em 14,89% do total de nomes de rios do conjunto dos referidos

distritos. Neste território, regista-se, porém, um número elevado de potamónimos sem filiação segura, classificados como obscuros, a par da predominância dos nomes do estrato latino-romance, à semelhança do que se verifica nos distritos do Norte e do Centro-Norte. Além disso, observe-se que o agrupamento dos rios dos distritos de Leiria e de Lisboa corresponde a um quantitativo apreciável de potamónimos, com a particularidade de abranger potamónimos criados mais tardiamente no estrato latino-romance, muito provavelmente atribuíveis ao período galego-português ou já a períodos linguísticos plenamente portugueses.

Dada a intrínseca solidariedade da potamonímia com toda a toponímia, a tabela 1 e os gráficos 1 e 2 sugerem uma estratigrafia dos nomes de rios portugueses enquadrável na tipologia mais abrangente de Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1918, p. 58-63; VASCONCELOS, 1931, p. 139-148), conforme se propõe no quadro 5, retirado de Rocha (2017, p. 615).

Quadro 5 – Comparação da tipologia de Vasconcelos (1918, p. 58-63 e 1931, p. 139-148) com uma proposta de caracterização estratigráfica da potamonímia de Portugal continental.

<b>Tipologia etimológica de Vasconcelos (1931, p. 139-148) para a toponímia de Portugal</b>	<b>Proposta de caracterização estratigráfica da potamonímia de Portugal continental (Rocha 2017, p. 615)</b>
nomes pré-romanos	estrato(s) pré-latino(s) <sup>33</sup>
nome romanos	estrato latino-romance
nomes germânicos	
nomes arábicos <sup>34</sup>	estrato arábico
nomes de procedência vária	
nomes portugueses propriamente ditos	

Fonte: Rocha (2017, p. 615).

<sup>33</sup> A rigor, o termo *pré-latino* ocorrerá no plural, uma vez que o multilinguismo ou o multidialetalismo da mesma família ou subfamília linguística constituiriam a situação linguística anterior à romanização e, depois, até certo momento, dela contemporânea.

<sup>34</sup> Leite de Vasconcelos define três zonas em função do grau arabização (VASCONCELOS, 1931, p. 143-147): a norte do Douro, com pouca influência arábica; entre Douro e Mondego e a sul deste rio (comarca da Beira), zona que pertenceu “do século VIII e XII, ora aos Árabes, ora aos Cristãos”; Estremadura e região a sul do Tejo.

Há, no entanto, diferenças assinaláveis entre a tipologia de Leite de Vasconcelos e a proposta estratigráfica de Rocha (2017, p. 615). Assim, é de assinalar, no quadro 5, na coluna da direita, o nulo contributo dos nomes de origem germânica para a potamonímia portuguesa. Por seu lado, o estrato latino-romance mencionado na coluna da direita corresponde a diferentes tipos etimológicos de nomes: na verdade, o fundo latino abrange elementos e morfemas do léxico comum que a literatura tem identificado separadamente, como sejam os elementos dos dialetos germânicos que a onomástica e a toponímia identificam sobretudo no noroeste português, bem como os do chamado romance moçárabe (ou, como propõe Corriente (2003), o romandalusi), que durante séculos terá sido o veículo privilegiado de transmissão de um conjunto de itens a que Piel (1989, p. 12-13) chamou o “aluvião lexical árabe”. Tal não obsta a que, no quadro 1, se considere uma camada árabe bem individualizada do ponto de vista toponímico, representativa da interferência ou do uso efetivo da língua arábica pelas populações do ângulo sudoeste da Península Ibérica. Este estrato é marcado quer pela toponímia deantroponímica que teve impacto mesmo a norte do Douro (cf. SERRA, 1967), quer por itens do léxico comum que não terão sido absorvidos pelo estrato fundamentalmente latino. Apesar disso, na proposta estratigráfica alternativa do quadro 1, importa realçar que não se separa um estrato latino-moçarábico, justamente pela dificuldade de identificar com segurança os traços específicos dos dialetos românicos do Gharb Al-Andalus.<sup>35</sup> Face a este condicionalismo, será preferível incluir os vestígios de tais dialetos no *continuum* dialetal da latinidade hispânica tardia, que interagiu quer com as formas romances do sistema galego-português quer com o árabe em toda a sua variação.

A estratigrafia proposta na coluna da direita do quadro 5 tampouco considera um estrato português – «os nomes portugueses propriamente ditos» de Vasconcelos (1931, p. 139-148) – em contraste com os demais. Como acontece com os potamónimos

---

<sup>35</sup> Propõem-se traços caracterizadores, entre eles, a conservação de *-n-* e *-l-* latinos intervocálicos (cf. CARVALHO, 1959; TEYSSIER, 1982, p. 15/16; CARDEIRA, 2006, p. 34-35; CASTRO, 2006, p. 62-64; BROCARD, 2014, p. 100/101). Para uma proposta de inventário dos traços fonomorfológicos dos dialetos romances do antigo condado de Coimbra, ver Azevedo (2005).

franceses (*cf.* LEBEL 1956, p. 8), poderia considerar-se um estrato português também subdivisível em etapas medieval e moderna. Contudo, a tarefa de distinguir tais estratos secundários é uma operação que terá em conta a repartição dialetal do português desde os seus primórdios galaicos até à consolidação territorial do reino de Portugal, a que se soma a questão da periodização histórica do português. Mas este procedimento justifica-se sobretudo pela falta de clara diferenciação entre o léxico comum latino-romance e o léxico comum de um eventual estrato exclusivamente português. Na verdade, do ponto de vista da variação diatópica, os arcaísmos do português médio, clássico ou contemporâneo, tomados individualmente ou em subconjuntos, continuam a inscrever-se no fundo latino-romance galaico ou hispânico, como vários estudos de Piel evidenciaram (por exemplo, PIEL 1989, p. 11-12). Se ressalta alguma distinção entre a camada latino-romance e a “camada” portuguesa, ela parece ser mais operativa na perspetiva de uma periodização do português do que na atribuição estratigráfica de certos itens lexicais, que, embora se tenham fixado na toponímia parecendo opacos a muitos falantes contemporâneos, ainda subsistem dialetalmente como itens toponímicos transparentes.

## 5 Considerações finais

Ao longo desta exposição, foram identificadas algumas das interrogações suscitadas pelo exame dos potamónimos portugueses centro-meridionais, com destaque para a questão da sua arabização. Trata-se de aspetos cujo estudo requer um enquadramento histórico-linguístico, isto é, filológico, sobretudo centrado na Idade Média peninsular. E, se a toponímia de grande parte da metade norte de Portugal continental se constitui como um património caldeado e transmitido por uma tradição linguística de origem latina, não contando com criações mais recentes já no período histórico do português, a metade sul de Portugal, que muito deve também a criações toponímicas já produzidas no contexto da língua portuguesa, apresenta potamónimos completamente opacos duplamente alterados, pois que foram sujeitos à latinização e à arabização.



O presente trabalho mostrou também que o estudo da potamonímia e da toponímia em geral é essencialmente de natureza diacrónica, requerendo contributos constantes das disciplinas constitutivas da história e da geografia. Não negando a viabilidade de uma abordagem sincrónica, na perspetiva dos usos toponímicos da contemporaneidade (cf. SALEMA, 2016), parece, no entanto, indispensável aceitar que o objeto da toponomástica se insere em estudos de património, que justificam uma visão histórica.

Destaca-se, por último, a estreita solidariedade da potamonímia com a toponímia local: por um lado, os potamónimos associados a rios extensos podem até servir de fonte de criação toponímica – os nomes dos rios estão na origem de eventuais casos de conversão toponímica (*Odemira* e *Odesseixe*) ou figuram como modificadores que determinam topónimos (*Santa Margarida do Sado/Sadão*, *São Romão de Sádão*, *Ponte de Sor*). Contudo, e como é frequente, também se verifica que os potamónimos de curso menos extenso são nomeados frequentemente a partir de topónimos preexistentes: é o caso de *rio da Fanadia* ou *rio de Ferrel* (Leiria); o de *Almaceda* (Castelo Branco); o de *rio (da) Ota* (Lisboa); o da *ribeira das Alcobertas* (Santarém); provavelmente também o de *rio Coina* ou *ribeira de Coina* e o de *rio da Moita* (Setúbal); o de *ribeira da Marateca* (Évora, Setúbal); o de *ribeira do Monte do Marquês* (Beja); e o de *rio Alvor* (Faro).

A potamonímia da metade centro-meridional de Portugal continental espelha e confirma, portanto, uma história linguística bastante mais dinâmica que a dos territórios portugueses a norte do vale do Mondego e do Sistema Central.

### Referências bibliográficas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Portugaliae Monumenta Historica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum – Inquisitiones** (PMH Inq.). Lisboa: 1888.

AEBISCHER, P. **Études de Stratigraphie Linguistique**. Bern: Editions Francke Berne, 1978

ALARCÃO, J. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, vol. 7, no. 1, p. 317-342, 2004.

ALARCÃO, J. **In Territorium Colimbricæ**. Lugares Velhos (e Alguns Deles, Deslembrados) do Mondego. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2005.

ALVES, A. **Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa**. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013

AZEVEDO, M. L. S. M. **Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense**. Tese (PhD thesis in Linguistics). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

AZEVEDO, P.A. Alguns nomes moçárabes no sul de Portugal. **Revista Lusitana**, XXII, p. 211-214, 1919.

AZEVEDO, R. Introdução. Expansão, povoamento e organização internos. Capítulo I. Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores. *In: História da Expansão Portuguesa no Mundo – vol. I*. Lisbon: Editorial Ática, 1937. p. 7-64.

BARBOSA, P. G. **Reconquista Cristã**. Lisboa: Ésquilo, 2008.

BARROCA, M. J. Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). **Portvgalia**, Nova Série, vol. XXV, p. 181-203, 2004.

BASCUAS. E. **Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega**. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

BASCUAS. E. **Hidronimia y Léxico de Origen Paleoeuropeo en Galicia**. A Coruña: Edición do Castro, 2006.

BASCUAS. E. **Novos Estudos de Hidronimia Paleoeuropea Galega**. Vigo: Universidade de Vigo, 2014.

BOISSELIER, S. **Naissance d'une Identité Portugaise**. La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XV siècles). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

BOISELLIER, S. The Portuguese territory before modern-day Portugal: roots or precedents? A geo-historical reflection. **Imago Temporis**, Medium Aevum, III, p. 45-66, 2009.

BROCARDO, T. 2014. **Tópicos de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

CAMPBELL, L.; MIXCO, M. J. **A Glossary of Historical Linguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

CARDEIRA, E. **História do Português**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CARVALHO, J. G. H. Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego. **Revista Portuguesa de História**, no. 8, p. 277-284, 1959. DOI [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_8\\_5](https://doi.org/10.14195/0870-4147_8_5)

CARVALHINHOS, P. Aspectos gerais de toponímia na Península Ibérica: a Toponímia como instrumento de investigação filológica e a filologia como ferramenta de investigação e recuperação toponímica. *In: Atas da III Semana de Filologia na USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, 2009. p. 71-92.

CASTAÑO FERNÁNDEZ, A. **Los Nombres de Extremadura**. Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 2004.

CASTRO, J. B. **Mappa de Portugal Antigo e Moderno**. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762.

CATALÁN, D. La toponimia del diminutivo y la re-toponimización de Hispania. *In: CATALÁN, D.; GÁLMÉS DE FUENTES, A. Las Lenguas Circunvecinas del Castellano. Cuestiones de Dialectología Hispano-Románica*. Madrid: Paraninfo, 1989.

CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO. **CIGeoE-SIG – Visualizador de Informação Geográfica**. Lisboa. Disponível em: <http://sli.uvigo.gal/DdD/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CINTRA, L. F. L. 1983. **Estudos de Dialectologia Portuguesa**. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1983.

COROMINES, J.; PASCUAL, J. A. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico** (CD-Rom). Madrid: Editorial Gredos, 2012.

CORRIENTE, F. **Gramática Árabe**. Barcelona: Herder, 2002.

CORRIENTE, F. **Diccionario de Arabismos y Voces Afines del Iberromance**. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

FERNANDES, A. A. **Toponímia, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. vol. 32. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1952.

FERNANDES, A. A. **Toponímia Portuguesa**. Exame a um Dicionário. Arouca: Associação de Defesa da Cultura Arouquense, 1999.

FERNANDES, M. A.; KHAWLI, A.; SILVA, L. F. **A Viagem de Ibn Ammar de São Brás a Silves**. Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/826915/A\\_VIAGEM\\_DE\\_IBN\\_AMM%C3%82R\\_DE\\_S%C3%83O\\_BR%C3%81S\\_A\\_SILVES](https://www.academia.edu/826915/A_VIAGEM_DE_IBN_AMM%C3%82R_DE_S%C3%83O_BR%C3%81S_A_SILVES). Acesso em: 25 jun. 2020.

FERNANDES, M. A.; CARDEIRA, E. Toponímia do povoamento rural: os continuadores do latim QUINTANA e seus derivados. *In: GALVÃO, V. C. et al. (ed.). Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas. Anais do IV Simpósio mundial de estudos de língua portuguesa*. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 1913-1921.

FERNANDES, M. A.; CARDEIRA, E. Notas sobre toponímia portuguesa medieval. Monografia 11. **Revista Galega De Filoloxía**. 11, p. 149-174, 2017. Disponível em: <http://illa.udc.es/rgf/monografias.html>. Acesso: 31 jan. 2020.

FERREIRA, M. B. Vestígios do romance moçarábico em Portugal. **Arqueologia Medieval**, n.º 1, p. 217-228, 1992.

FERREIRO, M. **Gramática Histórica Galega – II: Lexicoloxía**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2001.

GORDÓN PERAL, M. D.; RUHSTALLER, S. **Estudio Léxico-Semántico de los Nombres de Lugar Onubenses – Toponimia y Arqueología**. Seville: Ediciones Alfar, 1991.

GUERRA, A. **Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular**. (PhD thesis in Classical History). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. (ed.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

HOZ, J. Epígrafas y lenguas en contacto en la Hispania Antigua. **Acta Palaeohispanica**, 5, p. 57-98, 2005.

HUBSCHMID, J. Toponimia prerromana. In: ALVAR, M. *et al.* **Enciclopedia Lingüística Hispánica**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960. p. 447-493.

INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. **Carta Militar de Portugal 1:25 000**, Lisboa.

KRAHE, H. **Unsere ältesten Flussnamen**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1964.

LAUTENSACH, H. Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal (Arabische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel I). **Erde**, p. 219-243, 1954.

LAUTENSACH, H. **Maurische Züge im geographischen Bild der iberischen Halbinsel**. Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1960.

LEÃO, D. N. **Descripçam do Reino de Portugal**. Lisboa: impresso por Jorge Rodrigues, 1610.

LEBEL, P. **Principes et Méthodes d’Hydronimie Française**. Paris: Société Les Belles Lettres, 1956.

LOPES, D. **Nomes Árabes de Terras Portuguesas**. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MARSÀ, F. Toponímia de Reconquista. *In*: ALVAR, M. *et al.* **Enciclopedia Lingüística Hispánica**. vol. I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960. p. 615-646.

MARTÍNEZ LEMA, P. Toponomástica, documentación medieval y fenomenología lingüística: contribución para una gramática histórica de la lengua gallega in Els noms en la vida quotidiana. **Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Secció 6, p. 1280-1289, 2014.

MARTÍNEZ LEMA, P. Ad populandum: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval. **Revista de Filología Románica**. 35, p. 141-165, 2018. DOI <https://doi.org/10.5209/RFRM.61690>

PERVINQUIÈRE, L. La Tunisie Centrale. **Annales de Géographie**. t. 9, n.º 48, p. 434-455, 1990. DOI <https://doi.org/10.3406/geo.1900.6280>

PICARD, C. **Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle) – l'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique**. Paris: Maisonneuve et Larose. 2000.

PIEL, J.-M. As águas na toponímia galego-portuguesa. **Boletim de Filologia**. Tome VIII, p. 153-197, 1947.

PIEL, J.-M. 1976. Aspectos da toponímia pré-árabe ao sul do Tejo. **A Cidade de Évora**, no. 59, p. 3-9, 1976.

PIEL, J.-M. **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1989.

PINHO LEAL, A. S. A. B. **Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etimológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias**. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890.

POCKLINGTON, R. La toponímia árabe en la zona de habla castellana y catalana. *In*: **Actes de l'XI Jornada d'Onomàstica/III Congrés de la Societat d'Onomàstica**. Valencia: Publicacions de l'Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2018. p. 197-207.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. **Geografia de Portugal**. I.: A Posição Geográfica e o Território. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.

ROCHA, C. **Etimologia dos Hidrotopónimos de Portugal Continental: História Linguística de um Território**. (PhD thesis). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

ROCHA, C. Estratigrafia linguística da hidrotoponímia de Portugal continental. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n.º 3, p. 1057-1093, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12925>. Acessado em: 14 jul. 2020. DOI <https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1057-1093>

SALEMA, L. Torres, castelos e castros no mapa linguístico de Portugal Continental. **Géolinguistique**, 16, p. 225-253, 2016. DOI <https://doi.org/10.4000/geolinguistique.570>

SERRA, P. C. **Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1967.

**SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO**. Reportório Toponímico de Portugal – Continente. Lisboa: Ministério do Exército, 1967.

SILVEIRA, J. Toponímia portuguesa (esboços). **Revista Lusitana**, XXXIII, p. 223-268, 1935.

SOUSA, R. P. **Toponímia de Almada**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003.

STEIGER, A. **Contribución a la Fonética del Hispano Árabe y de los Arabismos en el Ibero-Románico y el Siciliano**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982.

TERRADO PABLO, J. **Metodología de la Investigación en Toponimia**. Zaragoza: INO Reproducciones, 1999.

VASCONCELOS, J. L. Notas philologicas. **Revista Lusitana**, VIII, p. 63-70, 1918.

VASCONCELOS, J. L. Amostra de toponímia portuguesa. **Revista Lusitana**, XXI, p. 58-63, 1918.

VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos – vol. III: Onomatologia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VERNET GINÉS, J. Toponimia arábica. In: ALVAR, M. *et al.* **Enciclopedia Lingüística Hispánica**. vol. I, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960. p. 561-579.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VICENTE, A. **El Proceso de Arabización de Alandalús**. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2006.

VILLAR, F. **Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania Prerromana**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2000.

*Artigo recebido em: 30.08.2020*

*Artigo aprovado em: 23.11.2020*